



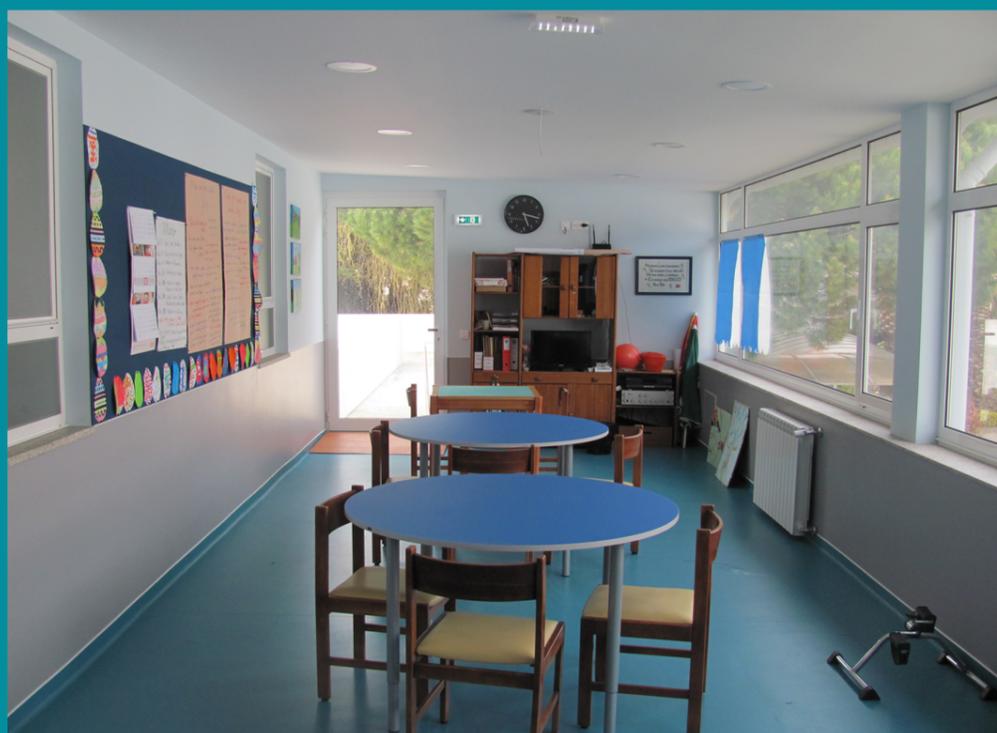
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

Este Centro de Dia foi requalificado
com o apoio da Câmara Municipal
na presidência do
Exmo. Sr. Eng. Aires Henrique Pereira.
23-05-2017



Jardim sensorial

Relatório e Contas do Exercício de 2017



Espaço de Ocupação
"Sala Mar"
COZINHA



Azulejo do Artista Poveiro
Nando



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. n.º 500 850208

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

CONVOCATORIA

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º do Compromisso, convoco todos os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia, no gozo dos seus direitos, a tomarem parte na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **24 de Março de 2018 (Sabado)**, pelas **18.00 horas**, no Salão Nobre desta Instituição, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 - *Apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2017, e do Parecer do Definitório;*

Ponto 2 – *Autorização á Mesa Administrativa para, se e quando entender oportuno, participar de forma simbólica no capital de um banco de economia social.*

Ponto 3 – *Meia hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a Santa Casa da Misericórdia, de acordo com o nº 3 do artigo 22 do Compromisso.*

Se á hora marcada não se encontrar presente a maioria dos Irmãos inscritos, esta funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Compromisso, com a mesma ordem de trabalhos.

Póvoa de Varzim, 05 de Março de 2018

O Presidente da Assembleia Geral

Manuel Alves de Aguiar Quintas, Dr.

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Poveiro
11/11/1986

Relatório de Atividade

No ano de 2017, a área social, dependente em boa parte da política de pensões determinada pelo governo, continuou, a exemplo de anos anteriores, a sofrer de graves dificuldades financeiras.

A comparticipação financeira da segurança social, relativa ao funcionamento dos equipamentos e serviços sociais com acordo de cooperação, para o ano de 2017, aumentou em 2,1%, relativamente ao ano anterior, sendo parte deste aumento destinado a compensar a subida da TSU. Por outro lado o aumento das pensões, base da comparticipação das Pessoas Idosas, para os cuidados que lhes prestamos, foi muito pouco significativo. A crise económico-social em que temos vivido nos últimos anos, não terminou, continuando as famílias a ter dificuldade em pagar as prestações complementares dos serviços prestados aos idosos.

O PEA (Programa de Emergência Alimentar) continuou ativo, apesar do lançamento de novo programa de apoio alimentar, sempre com o número de refeições acordadas com a Segurança Social, aquém da procura justificada, e mantendo o mesmo valor da comparticipação do ano em que foi lançado – 2012. Este apoio alimentar a carenciados continuou a exigir um esforço financeiro acrescido para a Misericórdia, pelo facto de continuar a aumentar o preço por refeição e também por servirmos mais refeições do que as pagas pela Segurança Social.

As limitações nos meios de diagnóstico e terapêutica limitou o crescimento das receitas da unidade de Medicina Física e de Reabilitação. Continuou a Misericórdia a dar apoio no transporte aos mais carenciados, que necessitaram de recorrer a cuidados de fisioterapia, e para os quais, sem o este apoio não poderiam fazer a sua recuperação.

As receitas extraordinárias foram escassas, não constituindo uma ajuda ao setor social dos mais carenciados.

O aumento das despesas decorrentes da inflação, do aumento do salário mínimo e do aumento da complexidade dos cuidados a prestar às pessoas idosas, esteve bastante acima do aumento das receitas, traduzindo-se num desequilíbrio financeiro no sentido negativo.

Este desequilíbrio foi compensado em parte pela redução de custos conseguida particularmente na área das energias: na eletricidade, com o pleno funcionamento da instalação de painéis fotovoltaicos e substituição de lâmpadas convencionais por lâmpadas LED (redução na faturação, relativamente ao ano de 2016, de 45%); no gás, redução de 12% relativamente ao ano 2016, com a reconversão da rede interna de distribuição de gás, passando em meados do ano a consumirmos exclusivamente gás natural, e colocando sistemas automáticos de limitação no aquecimento dos espaços, a períodos do seu funcionamento.

A reforma do parque de viaturas, foi efetiva, com intervenções significativas nalgumas delas e aquisição de duas viaturas comerciais, uma delas totalmente elétrica, de modo a apostar num meio de transporte mais ecológico e permitindo uma limitação de custos de utilização e manutenção.

Prosseguiu a modernização da nossa estrutura funcional, com rentabilização dos recursos humanos, e soluções técnicas mais evoluídas, particularmente no setor da informática e telecomunicações.

Foi realizado um investimento significativo nas instalações, particularmente em: revisão da cobertura e tg reabilitação da fachada sul do edifício da ERPI; recuperação de um espaço devoluto no edifício residencial, adaptando-o a gabinetes para funcionamento de serviços; recuperação do espaço do nível 0 da Provedoria, tornando-o mais funcional; construção da Sala Mar, no edifício do Centro de Dia, em colaboração com o Município, para melhorar as condições de trabalho do Serviço de Ocupação; alargamento da sala polivalente do Centro de Dia melhorando as condições de bem estar dos seus utentes; adaptação do jardim para percurso interativo.

Foi realizado o concurso a meios financeiros do NORTE 2020, para a **Alteração e Ampliação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas**, através do programa PEDU (Programa Estratégico para a Recuperação Urbano), em colaboração com o Município.

A sustentabilidade da Instituição, nas suas vertentes económica e financeira, continuou a ser uma preocupação constante, ajustando as despesas às receitas.

Área Social

A ocupação das camas disponíveis nas estruturas residenciais, manteve-se do nos últimos anos constantemente nos 100 %, não tendo a Misericórdia conseguido dar resposta, por falta de camas, às solicitações da população. Por razões de ordem económica o apoio domiciliário prestou menos serviços o que se traduziu numa redução das receitas.

As situações de demência frequentes, e o estado de saúde das pessoas que procuram as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, exigiram a manutenção de serviço de saúde de apoio bem estruturado, de modo a responder a essas necessidades.

Nos serviços de Apoio Domiciliário houve uma redução da atividade, em resultado das dificuldades financeiras das famílias pese embora a necessidade de mais apoio.

No Centro de Dia,

O serviço de Ocupação e Desenvolvimento Pessoal, intensificou a sua atividade e estruturou a sua intervenção em grupos de pessoas idosas de cada uma das respostas sociais, aproveitando a existência de mais um espaço destinado à sua atividade – a Sala Mar.

Manteve-se o apoio social e na saúde aos doentes de paramiloidose, tendo crescido o número de horas de internamento destes doentes na instalações da Misericórdia, sem contrapartida financeira.

A certificação de qualidade da área social, através do programa EQUASS, não foi concretizada. A grande alteração nas características das pessoas idosas que cuidamos, e a rotação de trabalhadores que se verificou, em virtude do elevado absentismo, não aconselhavam a lançarmos a certificação de qualidade, que iria obrigar a mudar procedimentos.

Área da Saúde

Cuidados Continuados:

Neste serviço, particularmente na tipologia de Longa Duração, o estado de saúde das pessoas que nos chegaram, exigiu mais cuidados o que traduziu no aumento de custos.

O processo da reacreditação de qualidade JCI, não foi concretizado, pois o apoio da UMP para esta área não se verificou, e também as condições financeiras e internas não foram adequadas à sua concretização.

Medicina Física e de Reabilitação:

Nesta área não houve

Serviço de Psicologia:

O aumento das situações de demências e de fragilidade emocional, dos nossos residentes na ERPI, e utentes de outros serviços obriga a um plano de intervenção deste serviço, no sentido de garantir melhoria na qualidade de vida das pessoas que cuidamos.

A saúde mental dos nossos trabalhadores, face às crescentes dificuldades e exigências na prestação de cuidados, e seu nível de motivação, exigem o apoio da Instituição nesta área.

Área do Trabalho

A avaliação de desempenho, continuará a ser um instrumento essencial na evolução nas carreiras profissionais.

Não é possível ainda, neste quadro de restrições económico-financeiras, realizar aumentos de salários generalizados, situação que tem sido reportada aos representantes dos trabalhadores.

Administração:

Serviços Administrativos e Financeiros:

A inovação da Instituição passa necessariamente pela existência de informação estruturada, essencial às tomadas de decisão, exigindo-se destes serviços um trabalho rigoroso e célere, e cada vez mais alargado.

Só com base em informação atempada e segura é possível realizar melhores contratos de aquisição e daí obter ganhos.

O tratamento dos arquivos, com base normativa, é também uma exigência dum processo de inovação.

O reforço de meios humanos e sua formação é, por isso, uma condição essencial para que estes serviços constituam um pilar na inovação da Instituição.

É neste quadro que iremos desenvolver a nossa atividade, no próximo ano, certos que a procura de apoio para os mais idosos, muitos com uma baixa pensão, mas com as mesmas necessidades de apoio dos que possuem rendimentos mais elevados, continuará a sentir-se, e o apoio social aos mais carenciados, terá de continuar.

Análise do grau de execução do Plano de Atividades previsto para o ano de 2017:

I - Requalificação energética da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;

II – Poupança de energia e investimento em novas energias:

III - Promoção da qualidade dos serviços prestados;

IV - Capacitação e qualificação de trabalhadores;

V - Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local;

VI – O voluntariado;

VII– Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços;

VIII - Diversificação das atividades na unidade de Medicina Física;

IX - Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira;

- Requalificação energética da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

Tendo surgido a oportunidade de recorrer a meios financeiros com condições de empréstimo a longo prazo e taxas de juro bonificadas, levou-nos adiar esta intervenção, preparando um concurso a instrumento financeiro IFRRU, através de contrato bancário com acesso a fundos de instituições europeias.

Poupança de energia e investimento em novas energias

Continuaram a ser implementadas medidas tendentes a reduzir o desperdício de energia.

A substituição de lâmpadas convencionais e fluorescentes, nos locais de maior utilização da iluminação artificial, por lâmpadas LED.

Foi feita a substituição do gás GPL por gás natural, cuja alteração ocorreu em meados do ano.

Promoção da qualidade dos serviços prestados:

Não foi possível por não ser oportuno, preparar certificação de qualidade no âmbito do EQUASS e de JCI.

Capacitação e qualificação de trabalhadores:

A falta de programas de formação com apoios financeiros do Portugal 2020, não permitiu realizar capacitação e qualificação dos trabalhadores em larga escala, ficando reduzida a ações limitadas. em colaboração com empresa de formação e/ou através do cheque formação, e por formadores internos.

Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local:

- Prosseguiu o PEA (Programa de Emergência Alimentar).

No âmbito deste programa, foram apoiadas mais pessoas do que as acordadas em protocolo com a Segurança Social.

O voluntariado

- Alargou-se a bolsa de voluntários.

Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços:

- O serviço de arquivo, permitiu, em colaboração com a Misericórdia de Vila Nova de Gaia, criar um arquivo intermédio seguindo normativos nacionais, libertando espaço nos serviços para melhorar a sua eficiência.

- Foi criado de um serviço de economato, atuando conjuntamente com o serviço de arquivo, que permitiu criar um controlo mais efetivo dos bens necessários à nossa atividade, através de inventariação e controlo das existências.

Diversificação das atividades na unidade de Medicina Física:

Verificou-se um aumento de atividade da unidade, tendo-se diversificado as entidades às quais os serviços são prestados.

Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira:

A criação de um serviço de contencioso, permitiu recuperar dívidas de utentes/residentes/clientes.

Foi perseguido um controlo de custos, racionalizando a metodologia de manutenção dos equipamentos e instalações.

Atividade das Valências

Área Social

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Lar Nossa Senhora da Misericórdia e Lar de Grandes Dependentes

No que diz respeito às dificuldades sentidas no funcionamento destas valências assume-se como preocupante o crescimento do grau de dependência funcional e gravidade clínica dos nossos residentes assim como o aumento do número de pedidos para internamento.

Durante o ano foram feitas novas admissões:

Lar Nossa Senhora da Misericórdia: 23 pessoas (13 homens e 10 mulheres), idade média dos residentes 80 anos.

Lar de Grandes Dependentes: 12 pessoas (3 homens e 9 mulheres), idade média dos residentes 80 anos.

Tendo falecido

Lar Nossa Senhora da Misericórdia – 16 residentes (3 homens e 1 mulher);

Lar de Grandes Dependentes: 16 residentes (4 homens e 14 mulheres);

Diretora Técnica
Paula Edite Paulo

Pensionato

Durante o ano de 2017, foram efetuadas nesta valência 2 novas admissões (1 mulher e 1 homem) e 27 internamentos provisórios*(individuais e de casal), tendo falecido 8 residentes (6 mulheres e 2 homens).

Relativamente aos residentes do Pensionato, salienta-se que 50% residem na instituição há mais de 5 anos, havendo muitos que já ultrapassaram os 10 anos de institucionalização (aproximadamente 38%).

A média global de idades dos utentes do Pensionato é de 86 anos, sendo de 87 anos no sexo feminino e de 84 anos no sexo masculino.

As situações de dependência funcional decorrentes do aumento de patologias crónicas múltiplas, assim como, o aumento do número de utentes com demência, exigem cuidados especializados a nível profissional e o envolvimento de meios técnicos e humanos capazes de responder de forma global e eficaz, tentando-se desta forma aumentar a qualidade de vida dos nossos idosos. Este tem sido e continua a ser um dos grandes desafios desta valência.

Fazendo um balanço dos últimos anos, é importante destacar o acentuado aumento de internamentos provisórios comparativamente com o ano de 2015 (7 internamentos) e de 2016 (12 internamentos).

Ao longo do ano de 2017 foram realizados 27 internamentos provisórios, contudo, se não contarmos os internamentos repetidos do mesmo utente, tivemos 24 internamentos provisórios em 2017 (os internamentos repetidos referem-se a situações em que o mesmo utente esteve internado no Pensionato mais do que uma vez no ano de 2017, por exemplo: utente que esteve internado em Abril e depois em Agosto para que os familiares pudessem ir de férias).

Em ambas as situações, para reabilitação ou descanso do cuidador, os utentes dispõem de cuidados de saúde e de apoio psicossocial adequados à sua situação.

O internamento provisório realizou-se nas seguintes situações:

- reabilitação pós-queda/pós-operatório (ex: fratura, prótese de anca).
- descanso dos cuidadores, de forma a não descurem a sua saúde física e mental, determinante no cuidado ao outro (ex: para que possam realizar exames, tratamentos médicos e/ou serem submetidos a intervenções cirúrgicas; para que possam ir de férias sabendo que os seus familiares têm a retaguarda/apoio devido).

Tal como no ano anterior, em 2017 realizaram-se convívios intergeracionais periódicos com as crianças do Colégio QI da Póvoa de Varzim (no dia do Idoso, no dia da Terceira Idade, no Dia dos Avós) e com a Escola de Música da Póvoa de Varzim (no aniversário do Pensionato e no convívio de Natal).

Estes convívios intergeracionais são importantíssimos para a quebra de preconceitos frente ao envelhecimento, promovendo-se atitudes que estimulam a solidariedade e a cidadania na sociedade contemporânea. Para os nossos idosos, a partilha de afeto, de carinho, de conhecimentos e experiências é uma mais-valia nesta fase da sua vida, fazendo-os sentir-se mais apoiados e amparados, assim como, mais úteis e válidos.

Fazendo uma retrospectiva dos últimos anos, temos vindo a trabalhar temáticas diferentes com os nossos idosos. Em 2015, a festa comemorativa do 31º Aniversário do Pensionato, teve como base a temática: **“Somos uma Família”**. No ano de 2016, mantivemos a mesma ideia, acrescentando que precisamos de cuidar sempre da nossa Família, com carinho e amor, assim sendo, o nosso tema: **“Somos uma Família com Boas Raízes... vamos adubá-las!”**. Só adubando com amor e carinho, poderemos construir algo “fértil”.

Este ano, continuamos fiéis a esta temática de que somos verdadeiramente uma Família, mas pensamos em algo que remetesse às raízes mais antigas dos nossos idosos, ou seja, às suas memórias passadas que, na maioria dos casos, são as mais preservadas. E assim surgiu o tema deste ano: **“Somos uma Família com Raízes Poveiras”**.

Com esta temática, procuramos ao longo do ano de 2017, trabalhar com os nossos idosos a Terapia de Reminiscência.

O ano de 2017, no Pensionato, foi assim um ano marcado pelo relembrar e pelo reviver das tradições poveiras.

Realizou-se, no decorrer do ano, um vídeo sobre a Póvoa de Varzim com os nossos idosos, no qual foram incluídas fotos antigas da Póvoa e fotos atuais, mostrando desta forma a evolução da nossa cidade ao longo dos anos. Foram também incluídos depoimentos dos nossos utentes a falarem sobre as recordações que têm da nossa Póvoa. Estes depoimentos surgem precisamente no âmbito do trabalho que foi feito com os idosos ao nível da Terapia de Reminiscências.

Ainda dentro da Terapia das Reminiscências, os idosos do Pensionato realizaram dois trabalhos, um deles alusivo às camisolas poveiras e o outro aos azulejos poveiros, que estão afixados no Refeitório do Pensionato para que as tradições poveiras fiquem perpetuadas nas paredes da nossa instituição.

Em 2017, estabelecemos também parceria com o Museu Municipal e o Posto de Turismo da Póvoa de Varzim, conseguindo realizar uma exposição com peças poveiras para que, desta forma, os nossos utentes, familiares e colaboradores recordassem tradições poveiras, ativassem memórias passadas e relembassem vivências pessoais, algo tão importante, afinal de contas “Recordar é viver”.

Por último, mas não menos importante, importa referir que a maioria dos residentes do Pensionato encontra-se em declínio acelerado das capacidades cognitivas e crescente deterioração física e, conseqüentemente, dependentes e necessitados de cuidados a todos os níveis. Como tal, para muitos, as saídas ao exterior tornam-se cada vez mais difíceis.

Por este motivo, ao longo dos últimos anos, aumentou-se a dinamização de convívios com os utentes e familiares no Pensionato (tais como, no dia de Reis, no aniversário do Pensionato, no S. Pedro, no Magusto, no dia 23 de Dezembro -Convívio de Natal), apelando-se sempre à visita de familiares nestas datas.

Particularmente, no ano de 2017, tentamos viver o espírito dos dias 24/25 de Dezembro em toda a semana anterior ao Natal, realizando-se diversos convívios (com os meninos do Colégio QI, com a Escola de Música da Póvoa de Varzim, com o Grupo de Cavaquinhos da Universidade Sénior de Vila do Conde e com um grupo de Fados).

Diretora Técnica,
Filipa Quintas

Centro de Estudos e Apoio à Paramiloidose – CEAP

Número Total de utentes inscritos no CEAP – 507

O CEAP mantém a sua intervenção junto dos doentes com Paramiloidose e suas famílias através de:

Consulta Externa – Esta consulta é efetuada pelo médico de serviço, com o apoio de enfermagem e de serviço social.

Apoio Domiciliário – é um serviço global, que pretende apoiar os doentes e conseqüentemente os seus familiares.

Apoio Social – é um serviço a que os doentes e familiares podem recorrer pelos mais variados motivos, nomeadamente para encaminhamento para consultas de Teste Pré-sintomático, de Diagnóstico Pré-Natal e de Diagnóstico Pré-Implantatório, bem como para requerimento de prestações sociais.

Apoio Psicológico – apoio prestado pela psicóloga aos doentes, possíveis portadores e familiares.

Dados relativos ao Ano 2017

ATIVIDADES	TOTAL
Novos doentes inscritos	4
Casais encaminhados para Diagnóstico pré-Natal	1
Casais encaminhados para Diagnóstico pré-implantatório	1
Doentes Transplantados	0
Utentes encaminhados para teste pré-sintomático	3

Diretora Técnica
Laura Farinho

Programa de Emergência Alimentar - PEA

Durante o ano 2017 manteve-se o acordo entre a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim e o Instituto de Segurança Social, com redução do número de refeições protocoladas, sendo em Dezembro de 68 refeições diárias.

Tal como em os anos anteriores, o número de refeições servidas ultrapassou largamente o número de refeições estabelecidas no Protocolo. Foram fornecidas refeições quentes e equilibradas a famílias da mais diversa natureza (famílias alargadas, famílias monoparentais, grávidas, indivíduos isolados e casais sem filhos).

Assistente Social
Laura Farinho

Centro de Dia

O Centro de Dia permite, do ponto de vista psicossocial, a integração dos utentes neste tipo de resposta, contribui para a valorização pessoal, partilha de conhecimentos e experiências, proporcionando ainda durante o dia a resolução de necessidades básicas, terapêuticas e socioculturais.

Durante o ano de 2017, foram efetivadas 13 admissões, sendo 3 do sexo masculino e 10 do sexo feminino.

O Centro de Dia apresenta capacidade para 60 utentes e assegura os seguintes serviços:

- Refeições diárias (Pequeno almoço, almoço, lanche e jantar);
- Higiene pessoal e cuidados de imagem;
- Atividades lúdicas;
- Acompanhamento psicossocial;
- Acompanhamento médico e de enfermagem;
- Administração da medicação;
- Estimulação cognitiva e física;
- Apoio em tarefas quotidianas (aquisição de bens e serviços, pagamentos de mensalidades);

Paula Barbosa
Diretora Técnica

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Em 2017 foram registadas 82 inscrições para a resposta social Serviço de Apoio Domiciliário das quais 69 resultaram em admissões no serviço, de acordo com as vagas existentes. Dos 69 utentes admitidos, 34 são do sexo feminino e 35 são do sexo masculino.

No que respeita à tipologia de serviços mais solicitada em 2017 verificamos que existiu uma maior incidência de pedidos ao nível da distribuição da refeição e prestação de cuidados de higiene pessoal.

Além dos serviços-base, como a higiene pessoal, higiene habitacional, tratamento de roupas e distribuição da refeição, a Instituição disponibilizou ainda um conjunto de serviços considerados essenciais para suprir as necessidades dos utentes sem retaguarda familiar e que se encontram em situação de isolamento social.

Deste modo, foi garantido aos utentes o apoio na aquisição de bens e serviços, pagamento de mensalidades, transporte a consultas médicas e acompanhamento do utente ao Serviço de Urgência, sempre que necessário.

Pensando ainda no alargado leque de necessidades dos utentes do SAD manteve-se a existência de uma equipa de trabalho com horário até às 21h cujo objetivo visa prestar os cuidados de higiene e conforto antes de deitar.

Paula Barbosa
Diretora Técnica

Área Saúde

Cuidados Continuados

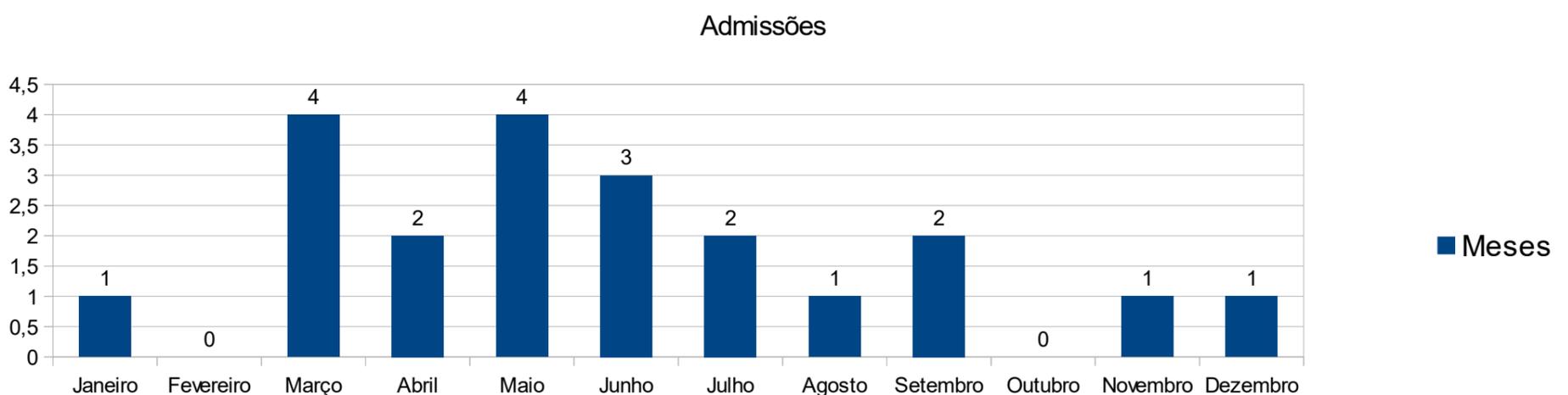
Longa Duração e Manutenção

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção (UCCLDM) tem capacidade total para 27 utentes e funciona em regime contínuo 24 horas por dia, todo o ano.

Caraterização de doentes

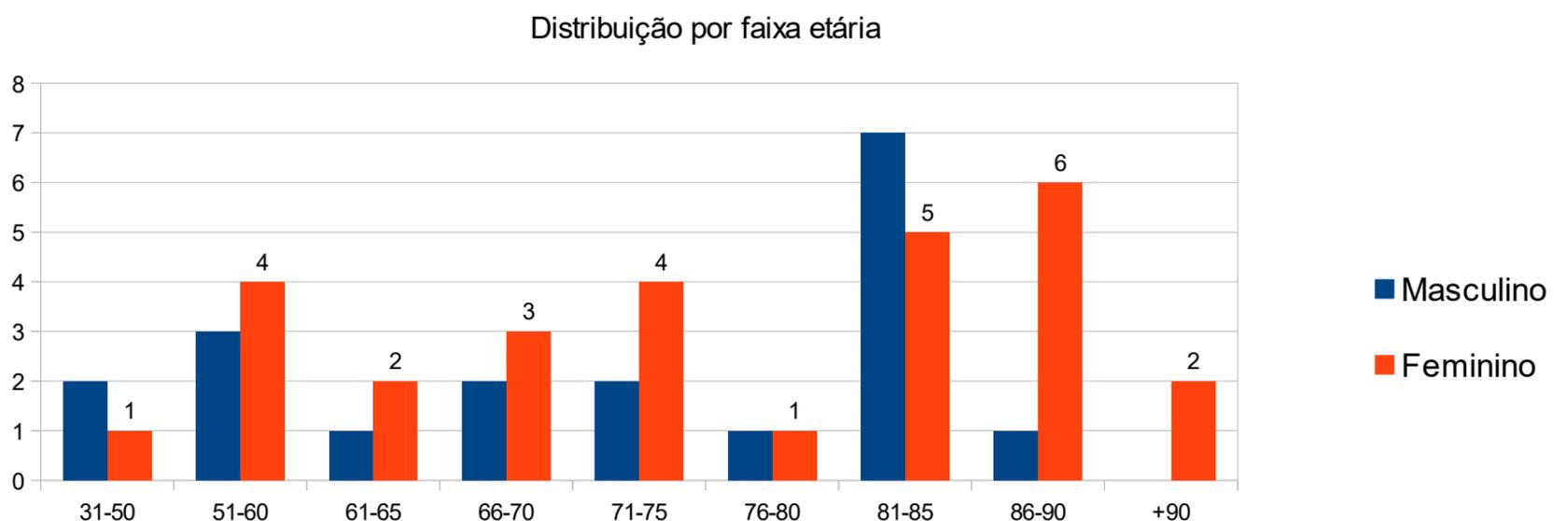
Admissões

No início do ano (janeiro) encontravam-se internados 27 doentes/utentes/clientes, tendo sido admitidos, ao longo do ano, 21 doentes/utentes/clientes, pelo que serão analisados ao longo deste relatório 48 doentes/utentes/clientes e todo o seu processo de internamento.



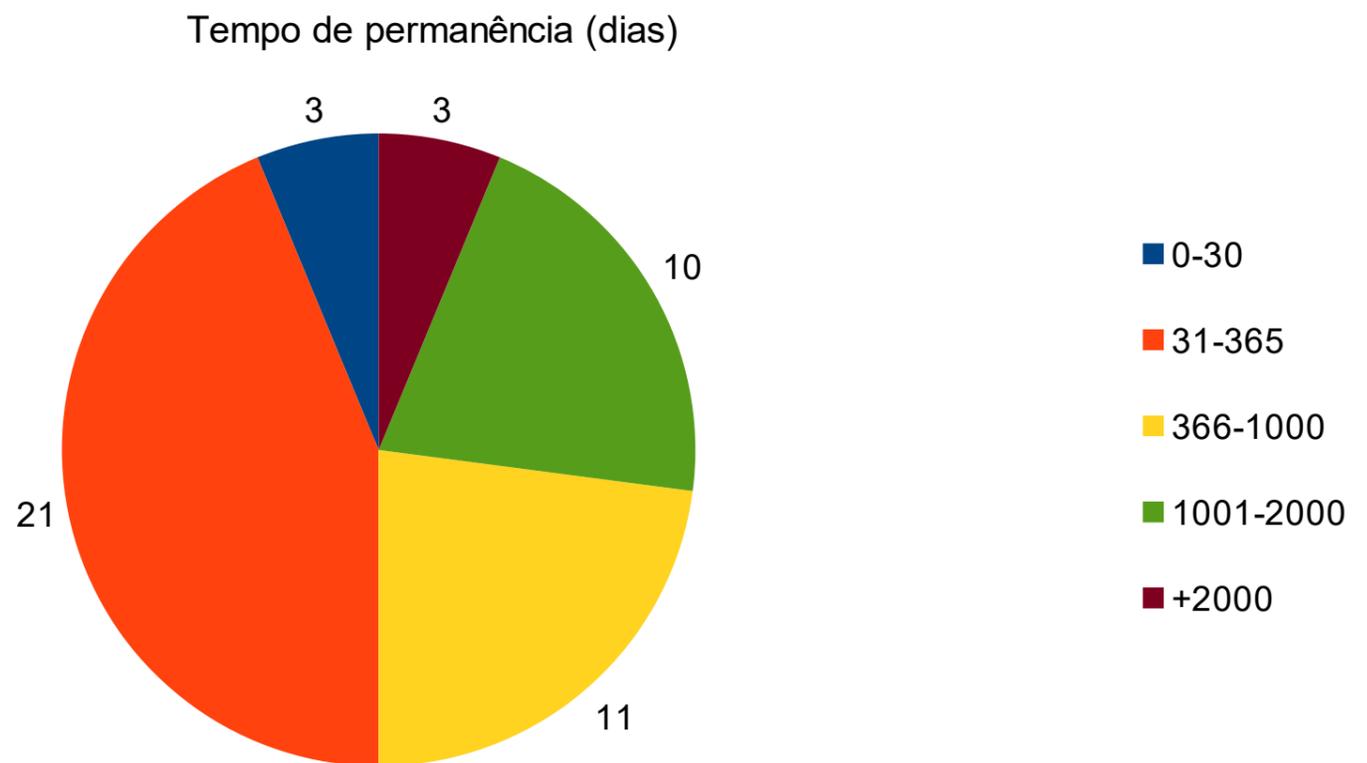
Destaca-se os meses de março e maio, durante os quais ocorreram um maior número de admissões (4), uma vez que foram também os meses com mais altas, por óbitos e perda de vaga por agudização da situação clínica.

As restantes admissões foram distribuídas, de uma forma muito equilibrada pelos restantes meses, à exceção de fevereiro e outubro, meses em que não foram realizadas admissões.



A faixa etária que prevalece nos doentes/utentes/clientes admitidos em 2017 é entre 81-85anos, seguida dos 86-90 anos. Estes valores refletem a realidade do nosso país, no que diz respeito ao aumento da esperança média de vida, da diminuição da mortalidade e consequentemente o aumento do envelhecimento da população em Portugal e da prevalência de doenças crónicas nas pessoas mais velhas.

Verifica-se que os homens necessitam de cuidados de saúde e sociais mais cedo ao passo que as mulheres tornam-se dependentes de terceiros mais tarde. É importante referir também que, aumentou significativamente o número de mulheres com mais de 90 anos, em relação aos anos anteriores.



Em relação ao tempo de permanência, a maioria esteve internado entre 31 - 365 dias; destacamos assim neste período de quase um ano, 3 internamentos para descanso do cuidador, 5 transferências para aproximação da área de residência, 2 agudizações com perda de reserva de lugar, 5 óbitos, 3 tiveram alta e 3 permanecem na unidade.

Mantemos, no entanto, em 2017 um número elevado de pessoas com internamentos superiores a (+) 1000 dias, esta permanência prolongada justifica-se pelo fato de alguns doentes não terem alta clínica, mas, o motivo principal prende-se com a impossibilidade de uma alta social em segurança.

A falta de cuidador principal seguindo-se a ausência de vagas em Respostas Sociais adequadas à situação de dependência contribuem para a manutenção prolongada do doente na unidade.

Os internamentos em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas através de vagas protocoladas com a Segurança Social, têm tido até ao momento um tempo de espera superior a 2 anos.

Diagnóstico principal

Doença Vascular Cerebral	13
Úlcera Crónica da Pele	6
Hemorragia Intracerebral	3
Parkinson	2
Síndromes Paralíticas	3
Efeitos tardios lesões do sistema nervoso	4
Insuficiência Cardíaca	1
Obesidade	1
Fratura do Úmero	1
Pneumonia	2
Neoplasia	3
Embolia e trombose arterial	2
Transtornos neuromusculares	1
Degenerações cerebrais	1
Encefalite mielite	1
Afeções do cérebro	1
HIV	1
Transtornos mentais	1
Neuropatias periféricas hereditárias	1

Pela análise da tabela podemos concluir que os 48 doentes/utentes/clientes internados apresentaram uma variedade de patologias, perfazendo o total de 19 diagnósticos médicos diferentes. Treze utentes apresentavam como diagnóstico médico à entrada, doença vascular cerebral (em conformidade com o que vem acontecendo nos últimos anos), logo seguido de 6 doentes com úlcera crónica da pele.

Diretora Técnica
Ilda Moreira

Média Duração e Reabilitação

A unidade tem 21 camas e a taxa de ocupação foi superior a 92% em todos os meses de 2017.

Foram admitidos 30 utentes no ano de 2017- 22 do sexo feminino e 8 do sexo masculino, como se pode verificar no gráfico. Dos utentes, 1,30% tinham entre 51 e 70 anos de idade, 27% entre 71 e 80 anos, 33% entre 81 e 90 anos de idade, e 10% tinha 90 ou mais anos.

Género dos utentes admitidos na UCCMDR no ano de 2017

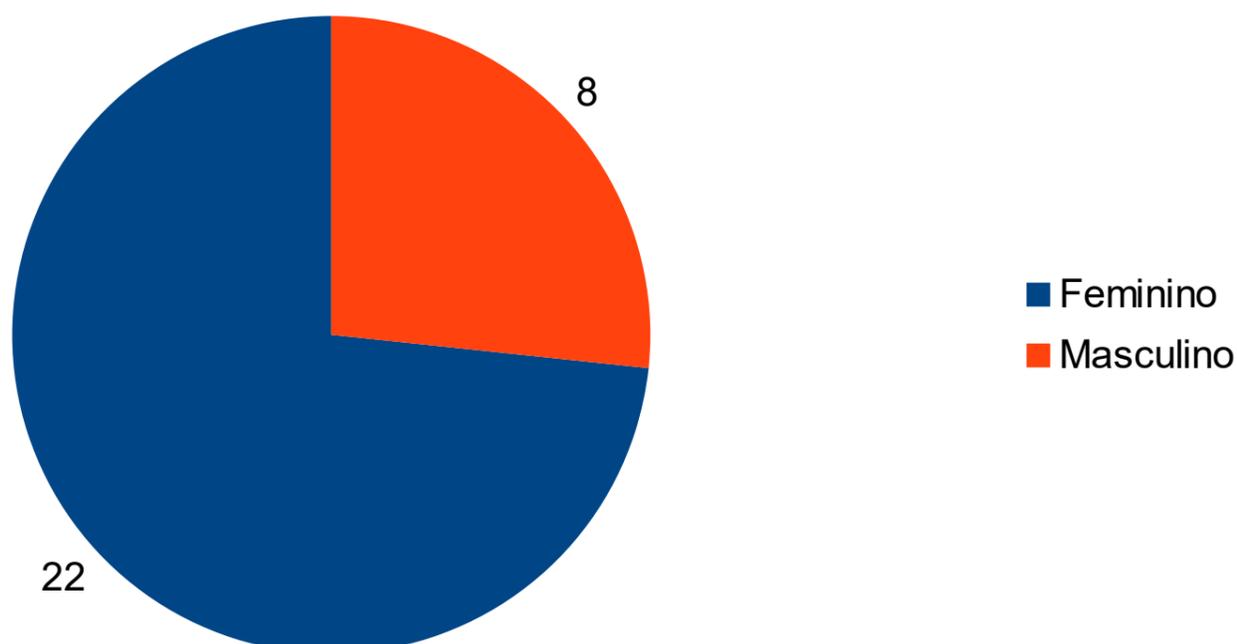


Gráfico 1

Os diagnósticos principais de admissão mais frequentes são os do foro cerebrovascular e os do foro ortopédico .

O número de altas efetuadas foi de 23, das quais 16 pessoas regressaram as suas casas por terem atingido os objetivos, 5 foram transferidos para outras unidades da rede (por mudança de tipologia ou aproximação à área de residência) e 6 tiveram alta para ERPI. Para além disso, 3 perderam reserva de vaga após serem transferidos para o Hospital de Agudos por agudização do seu estado clínico. Não houve registo de óbitos na unidade (ver gráfico nº 2).

Destino pós alta dos utentes da UCCMDR no ano de 2017

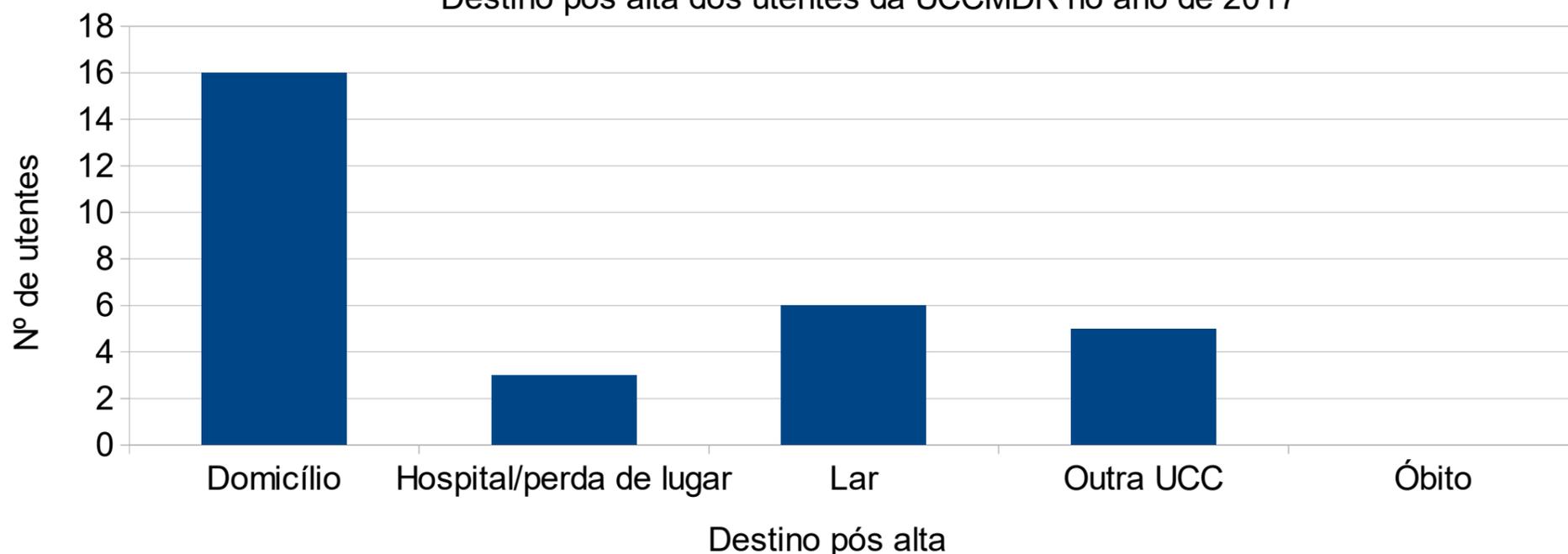


Gráfico 2

Importa referir que, em 31-12-17 ainda se encontravam internados na unidade 4 doentes/utentes/clientes admitidos em 2015 e 7 admitidos em 2016, o que demonstra a grande dificuldade em efetivar altas em segurança, seja por falta de retaguarda familiar efetiva, seja por dificuldade em ter vaga em Estrutura Residencial para Idosos.

Diretora Técnica
Francisca Loureiro

Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2017 a Misericórdia tinha um total de 253 trabalhadores distribuídos pelas seguintes áreas funcionais:

Área Funcional	Nº de efetivos
Apoio Geral	193
Saúde	33
Serviços Administrativos	25
Culto	2
Total	253

Durante o ano de 2017 a Instituição teve uma média mensal de 249 trabalhadores (por conta de outrem) ao serviço. Em 2016 a média mensal de trabalhadores ao serviço tinha sido de 240.

Além destes trabalhadores, colaboravam com a Instituição, em 31 de Dezembro de 2017, 29 profissionais em regime de prestação de serviços.

Estágios:

Durante o ano de 2017 foram estabelecidos protocolos de colaboração com várias Instituição de Ensino, com vista à realização de estágios curriculares na Instituição, nomeadamente:

- Instituto Politécnico de Leiria – Fisioterapia, Terapia Ocupacional.
- Escola Superior de Saúde Politécnico do Porto – Terapia da Fala, Terapia Ocupacional;
- Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto – Educação Social;
- Escola Dr. Flávio Gonçalves – Animação Sociocultural;
- Escola Secundária Rocha Peixoto – Técnico Auxiliar de Saúde, Contabilidade;
- Escola Secundária Eça de Queirós –Curso Profissional Técnico de Multimédia;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional:
 - Cursos de formação EFA - Técnico Auxiliar de Saúde; Agente em Geriatria; operador de jardinagem;
 - Modalidade Vida Ativa - Informática Gestão;
- Escola Superior de Saúde Jean Piaget / Vila Nova de Gaia – Licenciatura em enfermagem Ensino Clínico: Saúde do Idoso;

Promoção do emprego:

Ao abrigo de parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, foram desenvolvidos os seguintes projetos para a promoção do emprego:

Contrato Emprego-Inserção +:

- Lavandaria – 1
- Portaria – 1
- Serviços Gerais – 1

De salientar que os beneficiários da Medida Contrato Emprego-Inserção +, foram pessoas portadoras de incapacidade às quais foi proporcionado o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias à sua integração em regime de trabalho normal.

Estágios Profissionais:

Um estágio profissional na área de ajudante técnico de fisioterapia.

Durante o ano de 2017 foram realizados 11 cursos de formação, num total de 718 horas de formação.

Responsável Recursos Humanos

João Pedro Almeida

Atividade de enfermagem

A Equipa de Enfermagem é constituída por 20 enfermeiros, tendo um deles a função de Diretora Técnica e Enfermeira Responsável da Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação e outro a função de Enfermeira Responsável das restantes valências da Instituição e de Coordenação de Enfermagem e do GCIRA (Grupo Coordenador Local de Prevenção e Controlo de Infeção e de Resistências aos Antimicrobianos). Um dos enfermeiros que desempenha funções na ERPI, garante a coordenação da atividade nesta valência..

Distribuição dos Enfermeiros por dia nas diferentes valências

Valência	Turno Manhã	Turno da Tarde		Turno da Noite
UCC Longa Duração e Manutenção	2 Enfermeiros	1 Enfermeiro	1 Enfermeiro que apoia todas as valências	1 Enfermeiro
Lar/Grandes Dependentes/Pensionato	3 Enfermeiros	1 Enfermeiro		
UCC Média Duração e Reabilitação	2 Enfermeiros	1 Enfermeiro		1 Enfermeiro
CEAP (Consulta externa)				
CEAP (Apoio Domiciliário)	Visitas domiciliárias de enfermagem realizadas mediante necessidades.			

Tabela 1: Número de Enfermeiros/ dia nas diferentes valências

Percentagem de horas de Enfermagem dispensadas por mês nas diferentes valências

Valência	Percentagem de horas/ Mês
UCC Longa Duração e Manutenção	27,00%
Lar de idosos	10,00%
Pensionato	9,00%
Grandes Dependentes	18,00%
Centro de Dia	1,00%
CEAP	2,00%
UCC Média Duração e Reabilitação	33,00%

Tabela 2: Percentagem de horas de Enfermagem/ Mês nas diferentes valências

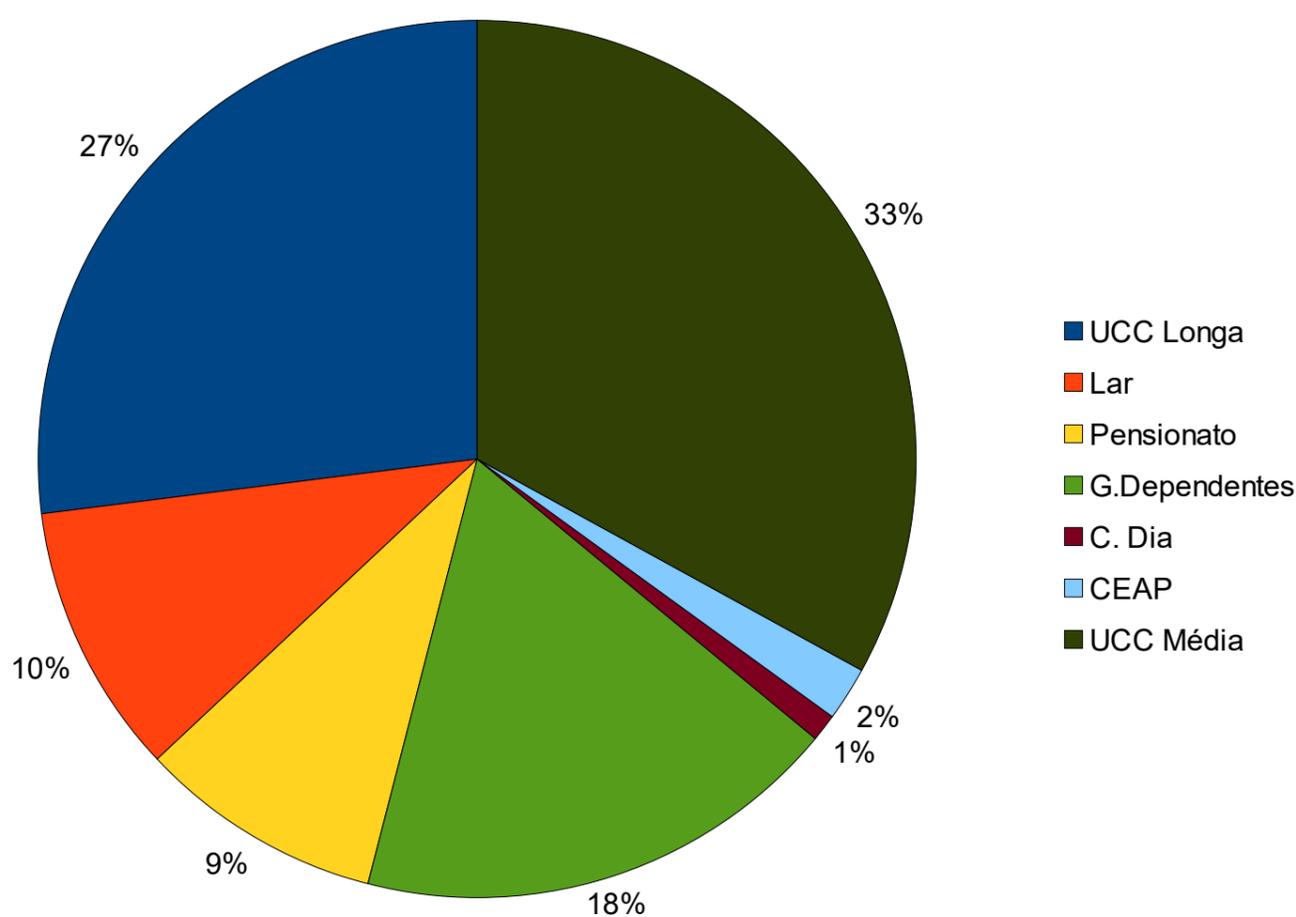


Gráfico 1: Percentagem de horas de Enfermagem/ mês nas diferentes valências

Atividades realizadas no âmbito do Controlo da Infecção

- **Dia Mundial da Higiene das Mãos e da Prevenção e Controlo da Infecção e Resistência aos Antibióticos (5 de maio de 2017):** no âmbito das comemorações do dia mundial da higiene das mãos, foi realizada uma campanha de sensibilização para a higiene das mãos, que decorreu entre o dia 8 e 15 de maio. Foi dirigida a colaboradores, visitas e utentes, através de sessões de sensibilização. Esta campanha teve o apoio da B-Braun, que disponibilizou amostras de desinfetante de mãos e panfletos alusivos ao tema.
- **Vigilância epidemiológica:** foi dada continuidade ao trabalho do ano anterior, através do envio, à ARS, de dados relativos ao nº de infeções e tipo de microorganismos, nas Unidades de Cuidados Continuados e análise interna de indicadores.
- **Sensibilização e vacinação contra gripe sazonal:** foi realizada através da divulgação de panfletos informativos alusivos ao tema. Foi realizada vacinação contra a gripe, segundo as indicações da DGS (Direção Geral de Saúde) presentes na orientação 018/2017, de 26/09/2017. Procedeu-se à vacinação de utentes das diferentes valências (vacinas fornecidas pela Unidade de Saúde Pública) e profissionais (sendo, nesta situação, a instituição a assumir o custo das vacinas).
- **Formação “Desafios...KPC UCCI”:** dirigida a todos os elementos da equipa multidisciplinar, esta formação teve como grande objetivo preparar os profissionais para cuidado ao utente colonizado com KPC (Bactéria multi resistente), preparando-os para quebrar a cadeia de infeção, diminuindo desta forma a transmissão dos microorganismos.

Plano de Contingência Saúde Sazonal (PCSS) – Módulos Calor e Frio

O Plano de Contingência Saúde Sazonal, anteriormente denominado Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas, preconiza que todos os estabelecimentos/serviços de saúde definam estratégias e orientações de atuação em caso de temperaturas extremas.

À semelhança dos anos anteriores, foi dado seguimento às orientações da DGS no âmbito do PCSS. Foi elaborado em maio o Módulo Calor, para o período de 1 de maio a 30 de setembro e teve como finalidade preparar a Unidade para responder de uma forma eficaz na vigilância e no tratamento de doentes com situações clínicas relacionadas ou agravadas com as ondas de calor, especialmente nos períodos de alerta amarelo ou vermelho, procurando minimizar os efeitos negativos do calor intenso.

Para os meses de outono e inverno foi elaborado o Módulo Inverno, para o período 1 de outubro de 2017 a 30 de abril de 2018, que define estratégias para minimizar os efeitos do frio, reduzindo a incidência e o impacto das infeções respiratórias na saúde dos doentes, onde está incluído a vacinação dos utentes e trabalhadores, que mais de perto lidam com os utentes.

Formação

- **Tratamento de feridas (fevereiro/2017):** sessão de formação planeada e desenvolvida pela empresa Urgo Medical, dirigida aos enfermeiros da Instituição e decorreu nas nossas instalações . Teve como objetivo principal a abordagem aos novos avanços no tratamento de feridas e exposição de casos práticos.
- **“Prevenção e Controlo da Transmissão da Infeção e Resistência aos Antimicrobianos- Desafios nas UCCI's”:** desenvolvida pela Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte), na qual participou o Médico e Enfermeira Coordenadora.
- **Curso Intermédio em Cuidados Paliativos:** curso desenvolvido pela ARS Norte, no âmbito dos cuidados paliativos. Participou Enfermeira Coordenadora e Diretora Técnica da UCC Longa Duração e Manutenção.
- **Curso Básico em Cuidados Paliativos:** curso desenvolvido pela ARS Norte, no âmbito dos cuidados paliativos. Participou Diretora técnica da UCC Média Duração e Reabilitação e Médico.
- **Formação/sensibilização para Higiene oral e Cuidados à boca:** foi planeada e desenvolvida pelo serviço de enfermagem, sendo dirigida às Ajudantes de Ação Direta e doentes/utentes. Estas sessões decorreram em contexto de trabalho, durante a prestação de cuidados com apoio da Colgate.

Ana Isabel Malta
Enfermeira Coordenadora

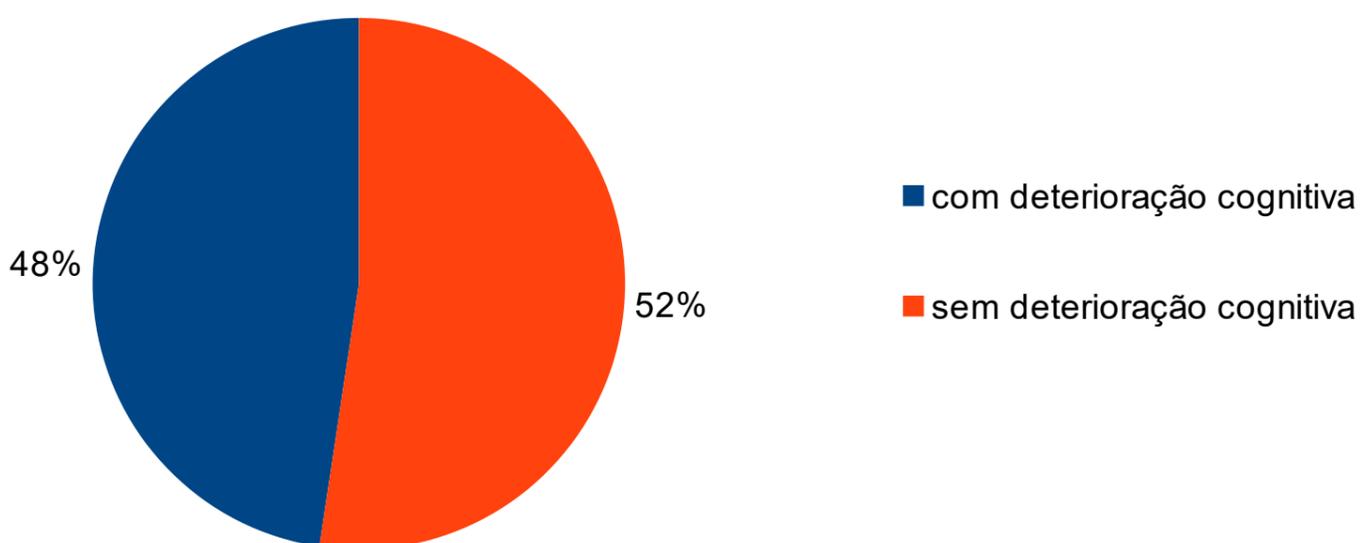
Serviço de Psicologia

Ao longo do ano de 2017 o serviço de psicologia teve como principais intervenções nas **Unidades de Cuidados Continuados e Estrutura Residencial**:

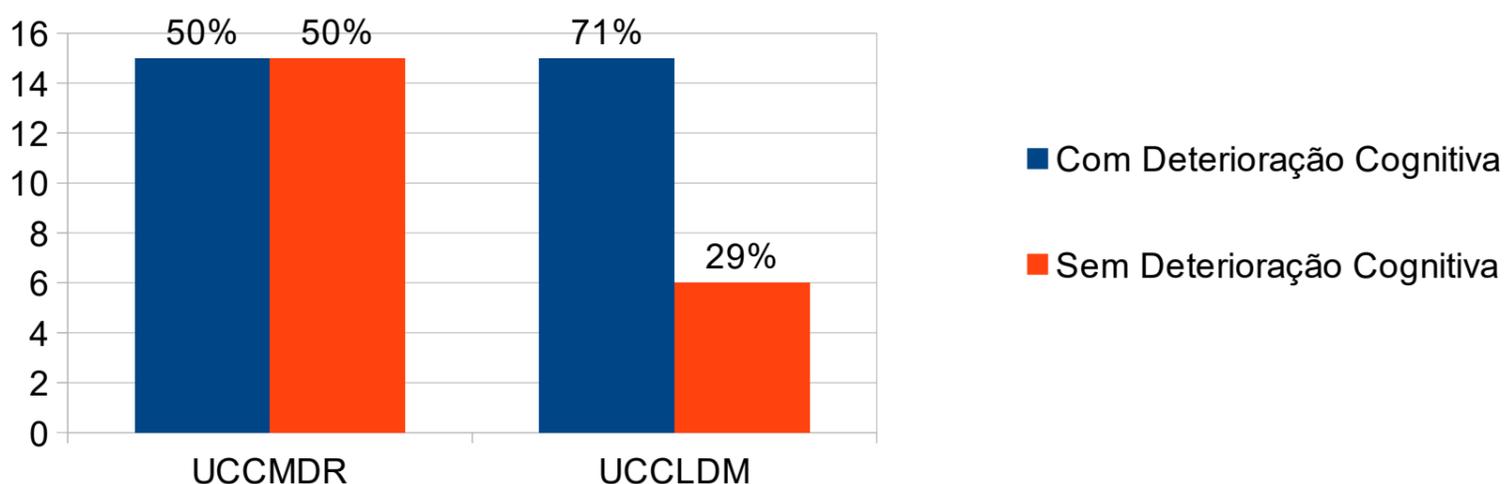
- Realizar avaliações iniciais aos utentes aquando da sua admissão na instituição;
- Acompanhamentos Psicológicos em diversas problemáticas;
- Altas para o domicílio ou outras instituições ou transferências de unidades
- Sessões de Grupo de Estimulação Cognitiva
- Sessões de Grupo de Apoio a Familiares

Na avaliação inicial dos utentes aquando a sua admissão na Instituição, é aplicado o teste de rastreio cognitivo Mini Mental State Examination para uma avaliação do estado cognitivo. Conforme se pode observar nos gráficos seguintes, desta avaliação foi possível concluir que: na **Estrutura Residencial** a percentagem de utentes admitidos que não apresentavam deterioração cognitiva foi ligeiramente maior; na **Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção** a percentagem de utentes admitidos com deterioração cognitiva foi significativamente maior; na **Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação** a percentagem de utentes com e sem deterioração cognitiva foi equivalente.

ERPI - Admissões no ano 2017



UCC - Admissões no ano 2017



Vânia Coelho
Psicóloga

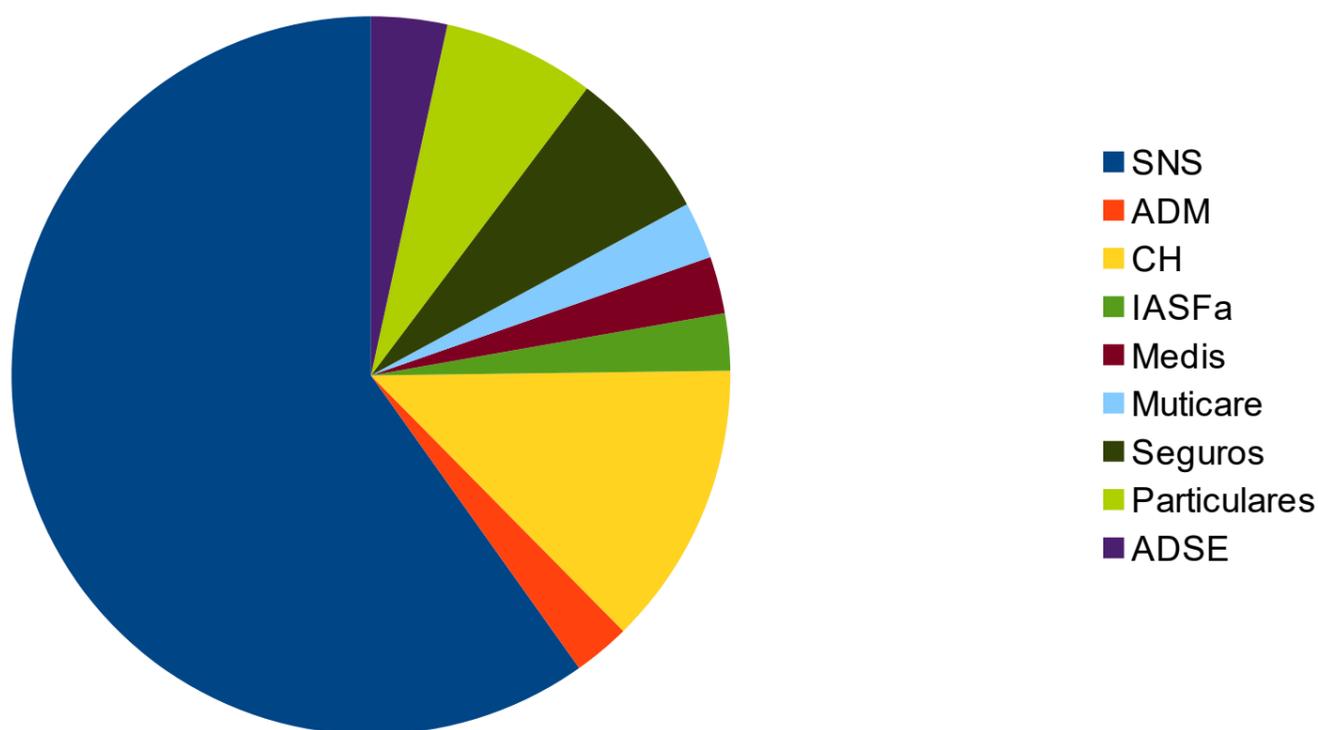
Serviço de Fisiatria

A Misericórdia tem no âmbito deste serviço, protocolos com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), diversos sub-sistemas de saúde e seguros de saúde.

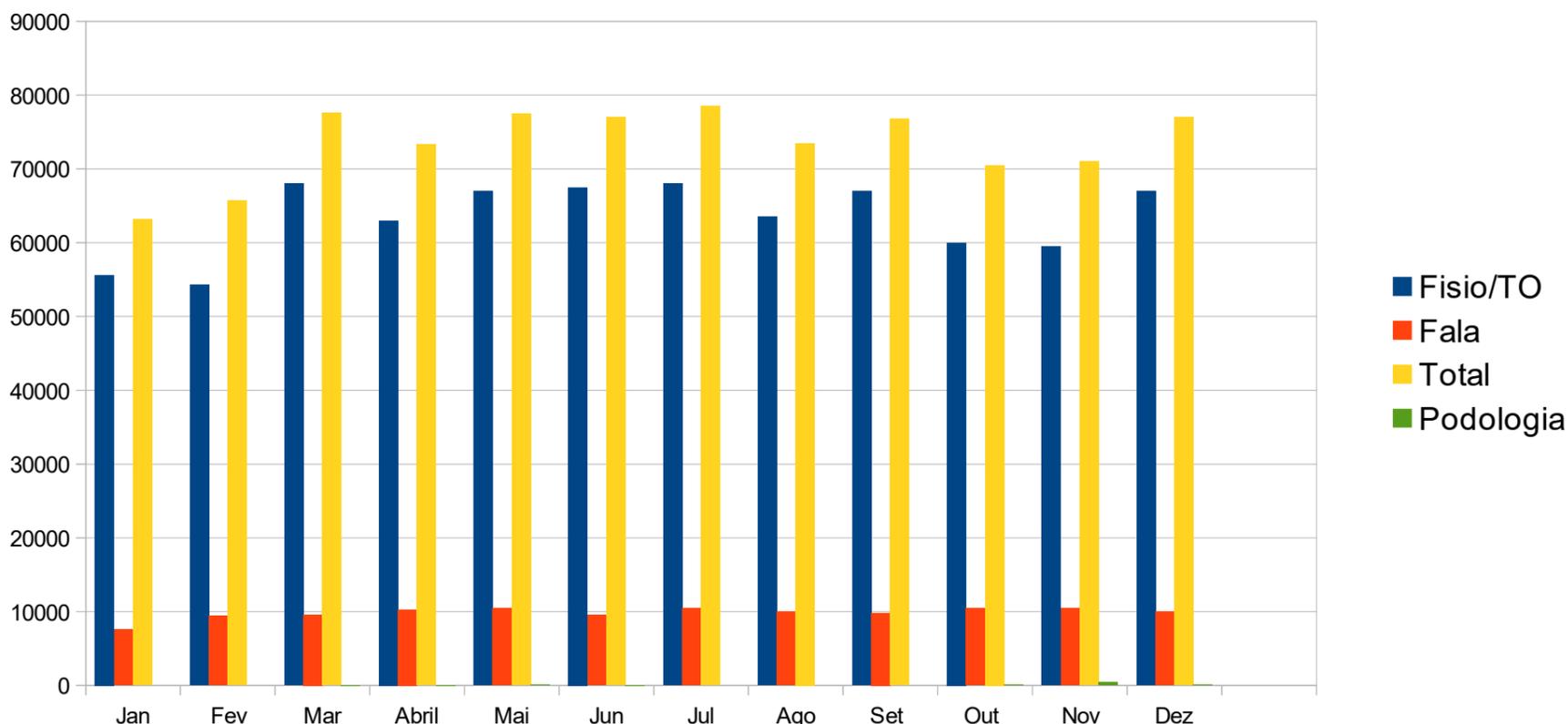
Presta ainda cuidados aos residentes das estruturas residenciais (lares e pensionato), doentes referenciados no Centro de Estudos e Apoio à Paramiloidose, e doentes de Cuidados Continuados.

Neste serviço os doentes beneficiam de cuidados individualizados prestados por uma equipa técnica coordenada por uma Técnica de Diagnóstico e Terapêutica, com 2 Médicos Fisiatras, 11 Fisioterapeutas, 2 Terapeutas Ocupacionais e da 8 Fala e 2 Auxiliares Técnicos de Fisioterapia.

Tratamentos realizados através dos diferentes Sistemas e Seguros de Saúde

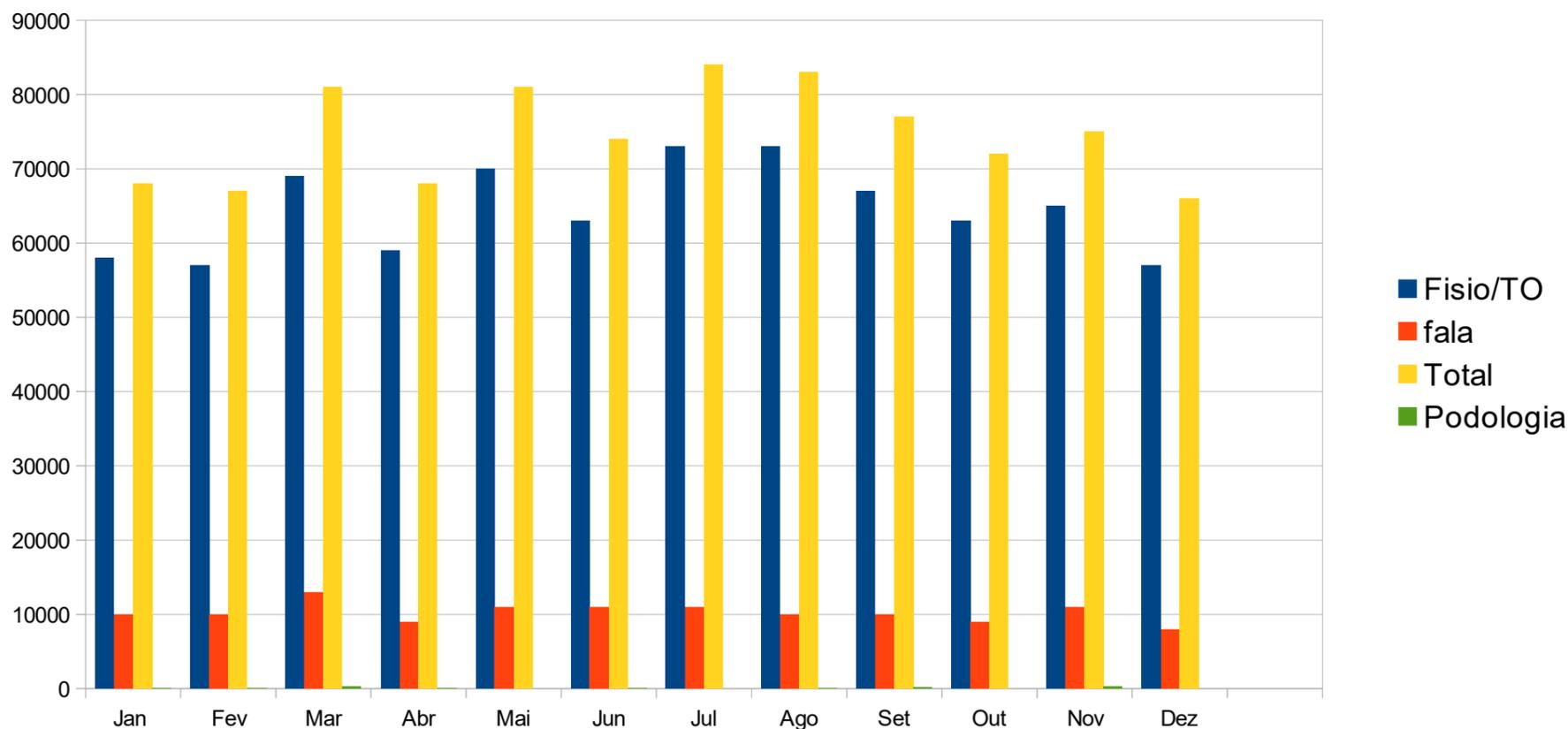


Resumo de Faturação de 2016 Valores em euros



Resumo de Faturação de 2017

Valores em euros



Comparando a faturação do ano de 2017, com a do ano anterior, verifica-se um ligeiro aumento, mas não significativo. Ao nível de utentes novos que procuram o nosso serviço foram 834, não muito diferente do ano anterior (833). Podendo concluir que os utentes que tínhamos mantiveram -se, tivemos mais manutenções, continuações de tratamentos, menos Altas.

Não houve um aumento significativo da atividade de terapia da fala, fisioterapia, terapia ocupacional pelo SNS, pilates clínico e podologia a particulares, mas um decréscimo acentuado ao nível de centro hospitalar, se traduziu em pouca variação da faturação correspondente. Mas é de salientar que a curva do gráfico quer no ano 2016 quer 2017 é simétrico, isto é, os meses que em que diminui ou sobe atividade são os mesmos. O número de funcionários manteve-se, exceto na fisioterapia que entrou um para o corpo clínico em Abril de 2016 para reforço das Unidades de Cuidados Continuados.

Coordenadora da Unidade
Carla Costa

Serviço de Ocupação e Desenvolvimento Pessoal - SODP

O Serviço de Ocupação e Desenvolvimento Pessoal (SODP) tem como principal eixo de ação o proporcionar a todos os utentes da instituição um envelhecimento bem sucedido, tendo sempre em consideração que o envelhecimento é um percurso individual e como tal, distinto de pessoa para pessoa.

As sessões realizadas nas diversas áreas, no ano de 2017, totalizaram 932 sessões , num total de 14212 presenças, conforme a distribuição do quadro abaixo.

		Nº de sessões realizadas	Nº total de presenças
ATIVIDADES	Atividades Desportivas	95	2052
	Atividades Espirituais (Missa / Terço)	209	7259
	Atividades Lúdico-recreativas	419	3179
	Atividades Terapêuticas	161	1067
	Saídas ao Exterior	48	655

De destacar no ano de 2017,

- Criação de um novo espaço para a realização de atividades_ SALA MAR um espaço multifunções, dotada de uma pequena cozinha onde os utentes têm a oportunidade de continuar a realizar atividades de culinária, **espaços amplos** que permitem a realização das sessões de ginástica e do jogo de Boccia (ou outros similares) e de um **espaço com mesas** para a realização das mais diversas atividades e jogos.
- Atribuição de uma marca, aos produtos para venda manufaturados pelos utentes_ DOCE MEMÓRIA
- Articulação com o **CIAC** (Centro de Informação Autárquica ao Consumidor), durante o mês de março, com a realização de várias sessões de informação / sensibilização para utentes e colaboradores da instituição.
- Reforço do quadro de colaboradores deste serviço com mais um elemento
- Colaboração com a Escola Superior de Saúde do Porto e a Escola Superior de Saúde de Leiria, na receção de um total de 13 estagiários

Responsável do SODP

Sílvia Santosl

A Mesa Administrativa

VALÊNCIAS

A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim dispõe das Valências abaixo referidas, para além dos diversos equipamentos de apoio necessários ao bom funcionamento da Instituição.

EQUIPAMENTOS ABRANGIDOS	Nº UTENTES/ RESIDENTES	ÁREA	VALÊNCIA
Na sede	50	Família	CEAP (inclui Apoio Domiciliário)
Na sede	85	Terceira Idade	Apoio Domiciliário Idosos
Na sede	57	Terceira Idade	ERPI I - Lar Nossa Sra. da Misericórdia
Na sede	45	Terceira Idade	ERPI I - Lar de Grandes Dependentes
Na sede	37	Terceira Idade	ERPI II - Pensionato
Na sede	60	Terceira Idade	Centro Dia
Na sede		Família	Programa Emergência Alimentar (PEA)
Na sede	27	Saúde	Unidade Cuidados Continuados -LD
Na sede	21	Saúde	Unidade Cuidados Continuados -MD
Na sede	-	Saúde	Centro de Medicina Física e de Reabilitação

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Análise Económico-Financeira

A análise do exercício de 2017 tem como referência os valores apresentados nos diversos mapas das demonstrações financeiras expressas neste relatório de prestação de contas.

A atividade desenvolvida pela instituição, neste exercício, está refletida na Demonstração de Resultados, cujos valores de execução atingiram o total de rendimentos e ganhos obtidos de 5.158.016,15 euros e o total de gastos e perdas suportadas de 5.151.420.79 euros, sendo o resultado líquido do período de 6.595,36 euros. Os valores globais atrás referidos representam um aumento em relação ao exercício anterior cerca de 0,41% e 3,20% respetivamente, e um aumento em relação ao orçamento, cerca de 1,0% em ambos os valores globais. Analisada a evolução das rubricas mais importantes da estrutura de gastos e perdas, verificou-se que os bens consumíveis alimentares e outros produtos (C.M.V.M.C.) tiveram um acréscimo em relação ao ano anterior cerca de 5,50% em ambos os grupos de produtos, por aumento de preços e; as despesas (F.S.E.) constituídas principalmente por três grandes rubricas, todas tiveram redução de valor cerca de 7,50%, particularmente “Energia e fluidos”; os gastos com o pessoal, com aumento cerca de 7,0% em relação ao ano anterior, mas inferior ao orçamentado, que ficou a dever-se ao aumento do salário mínimo, que representam cerca de 61,4% dos gastos totais; a rubrica de depreciações e amortizações apresenta valor idêntico ao previsto e ao ano anterior; as restantes rubricas não apresentam valores e variações significativas no cômputo geral dos gastos e perdas. Prosseguindo a análise, agora sobre as rubricas mais importantes da estrutura de rendimentos e ganhos, com a rubrica de serviços prestados (mensalidades de utentes, faturação dos UCCI, da fisioterapia e de outros) apresenta uma evolução positiva, cerca de 3,8% em relação ao ano anterior e variação no mesmo sentido em relação ao orçamento; as participações protocoladas com o C.D.S.S. do Porto, referente às valências sociais, tiveram uma evolução global positiva cerca de 0,7% superior ao orçamento e ao ano anterior, incluindo nesta rubrica outras participações eventuais de entidades como a Autarquia, o Fundo Turismo e o I.E.F.P., este em função dos estágios proporcionados pela Santa Casa. A rubrica de “outros rendimentos e ganhos” que engloba donativos, rendas, contrapartida do subsídio de alimentação em espécie incluídos nos recibos de salários, subsídios de investimento em função das respetivas depreciações, recuperação de 50,0% do IVA dos bens alimentares e das obras de reabilitação/reconstrução de edifícios, consignação de 0,5% IRS por vontade das pessoas singulares, e outros itens de reduzido valor, cuja evolução global foi menor que o ano anterior e o previsto para o período.

A situação patrimonial e financeira, espelhada no balanço em 31/12/2017, apresenta o total do ativo de 13.592.065,31 euros; o total do passivo de 1.657.879,13 euros e o total de fundos patrimoniais, incluindo o resultado, de 11.934.186,18 euros. Verifica-se que, o ativo não corrente teve um acréscimo líquido de 2,1% resultante do investimento de 434.129,75 euros que foi superior às depreciações do período do ativo fixo tangível/intangível; o ativo corrente teve uma redução enquanto o passivo corrente aumentou, ambos em relação ao exercício anterior. Significa que, recebeu-se melhor e pagou-se mais tarde. Os financiamentos obtidos foram reduzidos em 41.132,27 euros, apesar do volume de investimento realizado. A redução do total dos fundos patrimoniais deve-se ao facto de a transferência para “proveitos”, dos subsídios para investimento acumulados, ser de valor superior às doações e resultado de exercício.

Finalmente, dá-se a conhecer alguns indicadores financeiros no fim do período em análise: “EBITDA”- 203.456,39 euros; Resultado Operacional- 26.679,94 euros; Cash-Flow- 183.372,26 euros; Caixa e seus equivalentes no fim do período- 177.448,72 euros.

José Loureiro dos Santos, Econ./CC da Instituição

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	NOTAS	ANO2017	ANO2016
Vendas e serviços prestados	P10 e Pg38	3.434.135,24	3.309.010,59
Subsídios, Doações e Legados à exploração	P12 e Pg38	1.232.796,69	1.224.049,01
ISS, IP - Centros distritais		1.113.582,63	1.094.629,37
Outros		119.214,06	129.419,64
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	P18 e Pg41m)	-759.464,81	-719.827,06
Fornecimentos e serviços externos	P18 e Pg40g)	-1.012.873,55	-1.094.617,01
Gastos com pessoal	P16 e Pg38	-3.164.516,17	-2.956.855,42
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos	P18 e Pg40h)	489.542,75	602.527,27
Outros gastos	Pg36 conta68	-16.163,76	-25.075,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		203.456,39	339.211,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	P18 e Pg42o)	-176.776,90	-176.448,48
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26.679,49	162.762,92
Juros e rendimentos similares obtidos	P18 e Pg40j)	1.541,47	1.367,03
Juros e gastos similares suportados		-21.625,60	-17.214,33
Resultado antes de impostos		6.595,36	146.915,62
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		6.595,36	146.915,62

Aprovado em reunião de Mesa Administrativa em 05/03/2018

(valores em euros)

A Mesa Administrativa

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Balança de 31 de Dezembro de 2017

BALANÇO	NOTAS	ANO 2017	ANO 2016
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE		12.684.098,88	12.422.647,48
Ativos fixos tangíveis	P18 e Pg42n)	12.661.268,03	12.397.649,26
Bens do Património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	P18 e Pg42n)	1.044,58	7.310,50
Investimentos Financeiros		21.786,27	17.687,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
ACTIVO CORRENTE		907.966,43	1.009.093,27
Inventários		44.031,75	46.234,07
Créditos a receber	P18 e Pg39c)	559.476,23	649.761,01
Estado e outros entes públicos	P17 e 3.2d) e Pg38	24.157,11	24.034,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Diferimentos		46.760,41	20.649,01
Outros ativos correntes	P18 e Pg39d)	56.092,21	107.246,77
Caixa e depósitos bancários	P18 e 3.2c) e Pg39	177.448,72	161.167,64
TOTAL DO ACTIVO		13.592.065,31	13.431.740,75
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	P18 e 3.2e) e Pg39	55.969,82	55.969,82
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		2.583.256,18	2.447.804,47
Excedentes de revalorização		6.608.392,56	6.608.392,56
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2.679.972,26	2.734.985,76
Resultado líquido do período		6.595,36	146.915,62
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		11.934.186,18	11.994.068,23
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE		581.914,83	623.047,10
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	P15	581.914,83	623.047,10
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE		1.075.964,30	814.625,42
Fornecedores	P18 e Pg40e)	298.658,34	271.133,58
Estado e outros entes públicos	P17 e 3.2d) e Pg38	146.431,68	138.462,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	P18 e Pg40f)	630.874,28	405.029,67
TOTAL DO PASSIVO		1.657.879,13	1.437.672,52
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		13.592.065,31	13.431.740,75

Aprovado em reunião de Mesa Administrativa em 05/03/2018

(valores em euros)

O Provedor

A Mesa Administrativa

O Tesoureiro

O Contabilista Certificado

(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

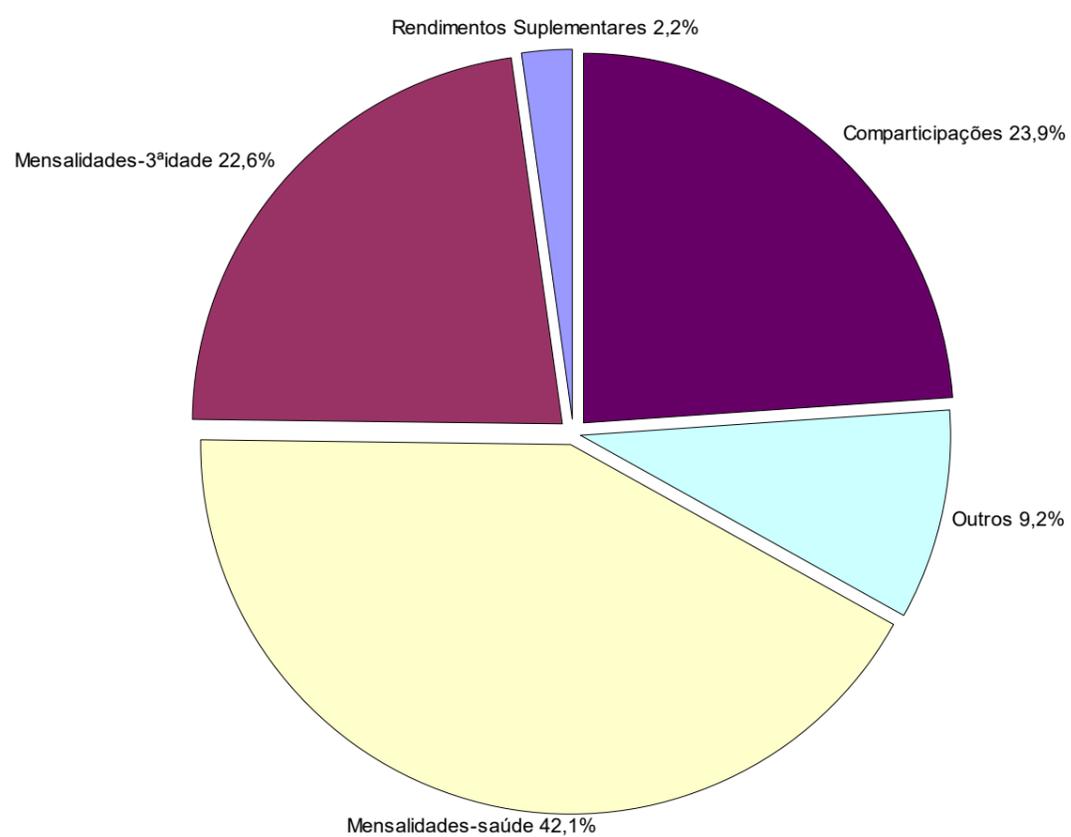
(Virgílio da Silva Fernandes)

(José Loureiro dos Santos)

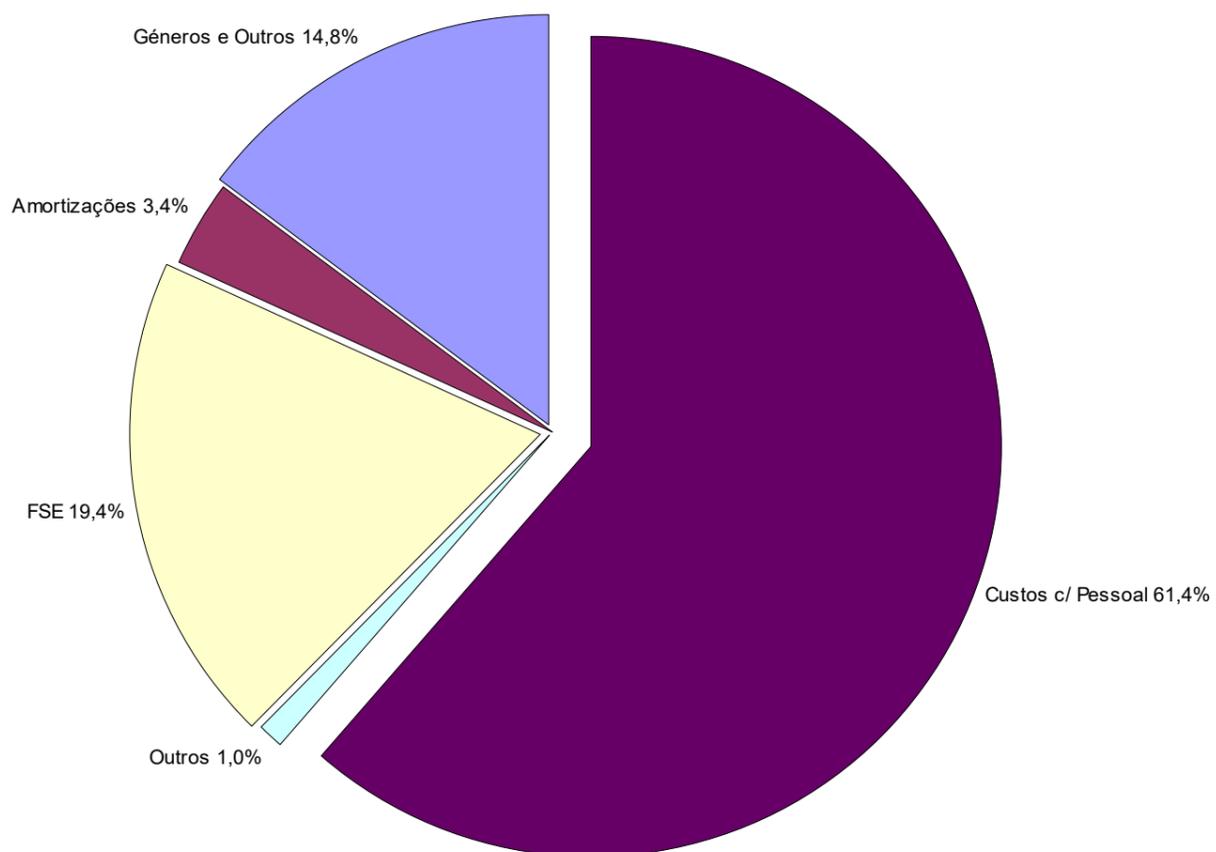
Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	ANO 2017	ANO 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	4.970.262,21	4.397.074,47
Pagamentos de subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	0,00	0,00
Pagamentos de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-1.274.013,24	-1.295.042,74
Pagamentos ao pessoal	-3.465.793,81	-3.347.144,51
Caixa gerada pelas operações	230.455,16	-245.112,78
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-2.551,56	-2.915,37
Outros recebimentos/pagamentos	256.593,61	431.049,25
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	484.497,21	183.021,10
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-414.154,38	-350.497,02
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	1.123,54	13.687,03
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-413.030,84	-336.809,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	145.000,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-41.036,99	-17.887,42
Juros e gastos similares suportados	-14.148,30	-17.214,33
Dividendos		
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-55.185,29	109.898,25
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	16.281,08	-43.890,64
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	161.167,64	205.058,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	177.448,72	161.167,64

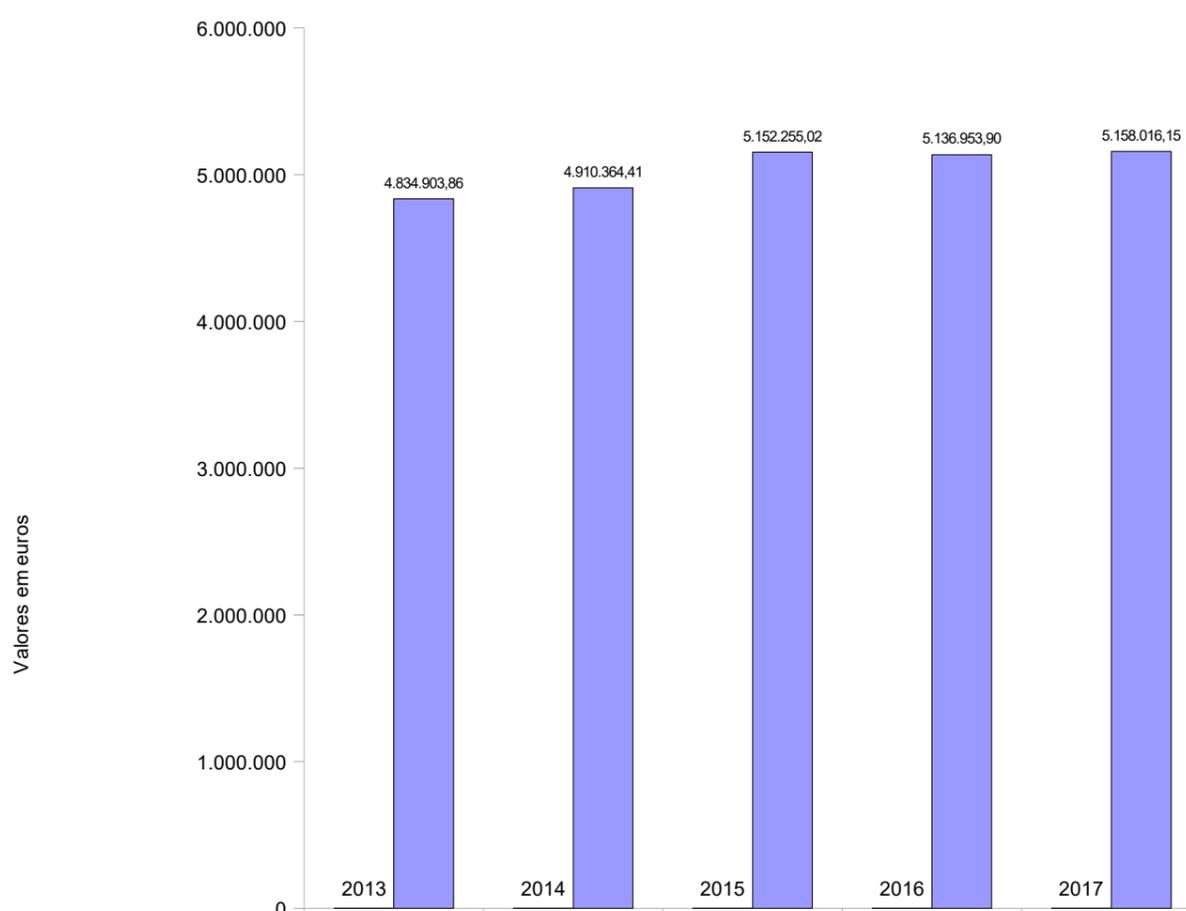
Rendimentos e ganhos



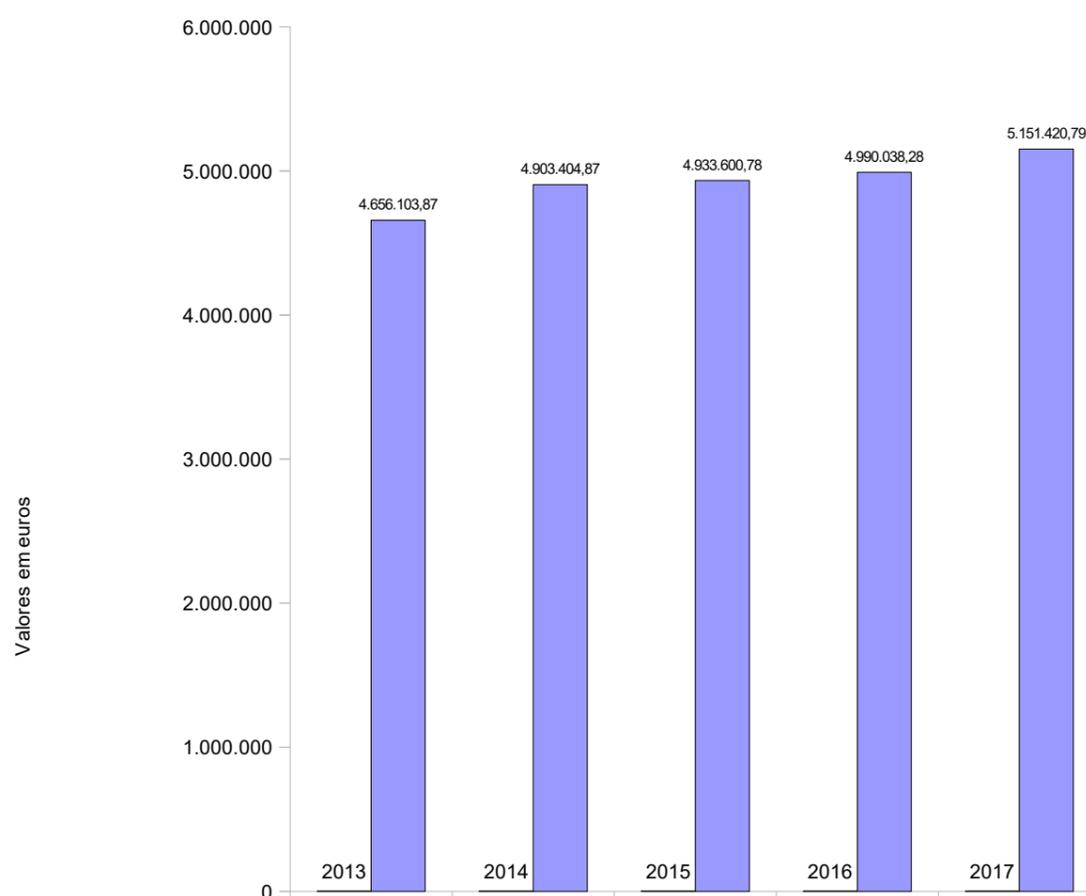
Gastos e perdas



Evolução dos rendimentos e ganhos



Evolução dos gastos e perdas



Observando os gráficos, podemos verificar que neste exercício, o volume de rendimentos e ganhos foi muito próximo do volume de gastos e perdas, como mostra o reduzido resultado final do exercício de 6.595,36 euros.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2017

1. Identificação da entidade

1.1. Designação

Irmandade, fundada no ano de 1756, denominada Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, constituída na ordem jurídica canónica, com personalidade jurídica civil e é reconhecida como instituição privada de solidariedade social. Tem sede no Largo da Misericórdia, s/n, 4490-421 Póvoa de Varzim.

1.2. Natureza da atividade

Tem como atividade principal o apoio social a pessoas idosas, com ou sem alojamento e apoio na área da saúde, com ou sem internamento. Prática do culto católico na Igreja de que é proprietária.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de Março; pelas Portarias nº105/2011 e 106/2011 de 14 de Março e Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de Junho e pelo Aviso nº8259/2015 de 29 de Julho.

A mensuração utilizada nas demonstrações financeiras está expressa em euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados que questionem a imagem verdadeira e apropriada das contas da entidade.

Não se verificaram quaisquer casos excepcionais no decorrer do período em análise que implicassem a derrogação de qualquer disposição do normativo contabilístico aplicável.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras são as que a baixo se descreve.

3.1. Bases de apresentação.

As demonstrações financeiras tiveram por base os seguintes princípios: continuidade; regime do acréscimo (periodização económica); consistência na apresentação; materialidade e agregação; não compensação (entre ativos e passivos e entre os gastos e rendimentos) e informação comparável.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração.

a) Ativos fixos tangíveis:

O critério de mensuração foi o custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações do período foram calculadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens (Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro):

- Edifícios e outras construções – 50 anos;
- Equipamento básico – entre 3 e 16 anos;
- Equipamento de transporte – entre 4 e 8 anos;
- Equipamento administrativo – entre 3 e 8 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis – entre 4 e 8 anos.

(ver mapa do ativo tangível bruto e das depreciações ocorridas)

Os gastos que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como despesas de conservação e reparações do período.

b) Inventários

A entidade utiliza o sistema de inventário permanente mensurado ao custo médio ponderado.

c) Caixa, depósitos bancários e outros equivalentes

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários e outras aplicações de curto prazo que possam ser imediatamente utilizados sem alteração do valor.

d) Estado e outros entes públicos/ Outros ativos correntes/ Fornecedores/ Outros passivos correntes

As dívidas a terceiros registadas nas rubricas referidas estão contabilizadas pelo respetivo valor nominal.

e) Fundos patrimoniais

Esta rubrica expressa o valor residual dos ativos após dedução dos passivos.

- Fundos atribuídos por fundadores da entidade ou terceiros (“Fundos”-valor inicial).
- Fundos acumulados e outros excedentes (resultados transitados acumulados de exercícios anteriores).
- Subsídios que o governo ou outras entidades públicas ou por norma legal aplicável, que estabelecem a respetiva incorporação no mesmo (Outras variações nos fundos patrimoniais).

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Não aplicável.

5. Ativo fixos tangíveis.

A quantia escriturada bruta (preço aquisição), as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim de 2017 estão desenvolvidas nos quadros anexos:

- a) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo tangível (mapa anexo);
- b) Movimentos ocorridos nas depreciações das rubricas do ativo tangível (mapa anexo);

6. Ativos intangíveis.

Não Aplicável.

7. Locação.

Não Aplicável.

8. Custos de empréstimos obtidos.

Os encargos suportados com empréstimos são reconhecidos pelo valor efetivo.

9. Inventários.

O movimento desta rubrica está espelhado no mapa elaborado para representação do valor do inventário no fim do período e cálculo do C.M.V.M.C. sendo utilizado o método de custeio médio ponderado.

10. Réditos.

O rédito é mensurado pelo valor da contratação recebida ou a receber.

O rédito a reconhecer é deduzido do montante das devoluções, descontos e outros abatimentos, quando existem.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Não aplicável

12. Subsídios e outros apoios.

Os subsídios à exploração são contabilizados como rendimento do período, conforme explicitação em mapa anexo.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos nos “Fundos Patrimoniais” e transferidos para ganhos do período pelo valor correspondente das depreciações do ativo fixo tangível, na proporção do respetivo financiamento (subsídio).

13. Efeitos da alteração em taxas de câmbio.

Não aplicável

14. Impostos sobre o rendimento.

Não aplicável

15. Instrumentos financeiros.

Financiamentos Obtidos

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor efetivo, que em 31 de dezembro são de 581.914,83 euros.

16. Benefícios dos empregados.

O número médio de empregados durante o ano foi de 249. Além destes colaboraram com a Instituição, em 31 de dezembro, 29 profissionais em regime de prestação de serviços.

O número de membros dos órgãos sociais é de 22. Não auferem qualquer remuneração pelo exercício das respetivas funções.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

Nos termos do D.L.534/80 de 7 de Novembro, a entidade não apresenta dívidas em mora à Autoridade Tributária.

Nos termos do D.L.411/91 de 17 de Outubro, a entidade tem a situação regularizada atempadamente perante a Segurança Social.

18. Outras informações.

Divulgações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

CONTA DE EXPLORAÇÃO DO EXERCÍCIO – 2017

(Em euros)

Código Conta	Gastos e Perdas	Valores 2017		Valores 2016	
61	Custo das Mercad. Vendidas e das Mat. Consumidas				
61211	Géneros Alimentares	454.612,92		438.973,26	
61211	Outros	304.851,89	759.464,81	280.853,80	719.827,06
62	Fornecimentos e Serviços Externos				
621	Subcontratos	0,00		0,00	
6221/8	Serviços Especializados	609.421,70		629.013,19	
6231/8	Materiais	15.709,41		16.864,99	
6241/8	Energia e fluidos	278.407,56		328.774,67	
6251/8	Deslocação, Estadas e Transporte	1.996,70		1.831,17	
6261/8	Serviços Diversos	107.338,18	1.012.873,55	118.132,99	1.094.617,01
63	Gastos com o Pessoal				
6321	Remunerações Certas	2.464.718,51		2.300.638,45	
6322	Remunerações Adicionais	0,00		0,00	
633	Formação Profissional	2.111,06		18.396,59	
635	Encargos Sobre Remunerações	544.486,46		499.628,60	
636	Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças Profissionais	34.284,77		40.817,63	
637/8	Outros Custos com o Pessoal	118.915,37	3.164.516,17	97.374,15	2.956.855,42
64	Gastos de Depreciação e de Amortização		176.776,90		176.448,48
67	Provisões do Período		0,00		0,00
68	Outros Gastos e Perdas				
681	Impostos (taxas).....	1.333,75		753,19	
68881/2	Apoio carênciados e gratif. estímulo a utentes	4.752,77		7.220,85	
6883	Quotizações	4.078,00		8.958,00	
6889	Outros	5.999,24	16.163,76	8.143,94	25.075,98
69	Gastos de Financiamento e Perdas Similares				
691	Juros Suportados	21.625,60		17.214,33	
698	Outros	0,00	21.625,60	0,00	17.214,33
			5.151.420,79		4.990.038,28
	Resultado Líquido do período.....		6.595,36		146.915,62
			5.158.016,15		5.136.953,90

CONTA DE EXPLORAÇÃO DO EXERCÍCIO – 2017

(Em euros)

Código Conta	Rendimentos e Ganhos	Valores 2017		Valores 2016	
71	Vendas		0,00		0,00
72	Prestações de serviços				
721	Quotas dos Utilizadores-Matric., Mensal. de Utentes/Clientes	3.339.783,92		3.214.563,48	
722/8	Outros	94.351,32	3.434.135,24	94.447,11	3.309.010,59
74	Trabalhos para a Própria Instituição				
748	Para Autoconsumos	0,00		0,00	
749	Para Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, Doações e Legados à Exploração				
751	Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos				
7511	Centro Distrital de Segurança Social	1.113.582,63		1.094.629,37	
7514/8	Outros	119.214,06		129.419,64	
752/8	Subsídios de Outras Entidades	0,00	1.232.796,69	0,00	1.224.049,01
76	Reversões		0,00		0,00
77	Ganhos por Aumentos de Justo Valor		0,00		0,00
78	Outros Rendimentos e Ganhos				
781	Rendimentos Suplementares	114.467,81		226.533,19	
784	Ganhos em Inventários	0,00		12.000,00	
787	Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	135.996,69		144.219,29	
7883	Subsídios para Investimentos (transferências)	94.303,50		98.242,44	
782/8	Outros	144.774,75	489.542,75	121.532,35	602.527,27
79	Juros e Outros Rendimentos Similares				
791	Juros Obtidos	1.541,47		1.367,03	
798	Outros Rendimentos Similares	0,00	1.541,47	0,00	1.367,03
			5.158.016,15		5.136.953,90

RESUMO:

EBITDA	203.456,39	339.211,40
Resultados operacionais	26.679,49	162.762,92
Resultado Líquido do período	6.595,36	146.915,62

Réditos que foram reconhecidos no período em referência (ponto 10)

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de serviços		
Quotas dos utilizados:		
Área social	1.167.323,03	1.094.609,12
Área da saúde	2.172.460,89	2.119.954,36
Outros	94.351,32	94.447,11
Total	3.434.135,24	3.309.010,59

Subsídios e outros apoios reconhecidos no período em referência (ponto 12)

Descrição	2017	2016
Subsídios do estado		
Acordos cooperação seg. social	1.020.632,63	1.003.966,87
Programa emergência alimentar (PEA)	92.950,00	90.662,50
Fundo de turismo	41.723,14	82.364,03
Total	1.155.305,77	1.176.993,40
Subsídios de outras entidades (IEFP+Autarquia+POPH)	77.490,92	47.055,61
Total	77.490,92	47.055,61
Total Subsídios e apoios	1.232.796,69	1.224.049,01

Gastos com o pessoal reconhecidos no período em apreciação (ponto 16)

Descrição	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações certas do pessoal (1)	2.459.475,04	2.290.595,43
Indemnizações	5.243,47	10.043,02
Formação Profissional	2.111,06	1.180,45
Encargos sobre remunerações	544.486,46	499.628,60
Seguros acidentes de trabalho	34.284,77	40.817,63
Pessoal do IEFP	17.411,18	17.216,14
Subsídio de alimentação (espécie)	99.151,50	96.370,98
Outros gastos com o pessoal	2.352,69	1.003,66
Total	3.164.516,17	2.956.855,42

(1) Os encargos patronais tem por taxa base 22,3% e alguns valores reduzidos às taxas de 19,3%; 18,7%; 16,4% e 11,9%.

Divulgação da posição da entidade, em 31/12/2017, perante o “Estado e Outros Entes Públicos” (ponto 17 e 3.2d)

Descrição	2017	2016
Ativo		
IRC – Pagamentos por conta	2.551,56	2.551,56
IVA – Restituição	21.605,55	21.483,21
Total	24.157,11	24.034,77
Passivo		
Imposto sobre rendimentos pessoas singulares (IRS)	30.688,23	25.808,65
IVA a pagar	5.003,28	8.033,64
Contribuições para a seg. Social	110.740,17	104.619,88
Total	146.431,68	138.462,17

Outras informações (ponto 18)

a) Caixa, depósitos bancários e outras aplicações equivalentes.

Divulgação da posição da entidade nestas rubricas em 31/12/2016 (ponto 3.2c)

Descrição	2017	2016
Caixa	14.643,19	2.558,40
Depósitos bancários à ordem	162.805,53	158.609,24
Depósitos bancários a prazo	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Total	177.448,72	161.167,64

b) Fundos Patrimoniais

Divulgação das variações da rubrica “Fundos Patrimoniais” ocorridas neste período (ponto 3.2e)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
NO EXERCÍCIO DE 2017

DESCRIÇÃO	Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes Revalorização Ativos Fixos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Sub-Total	Resultados Líquidos do Período	Total
Posição no início do período	55.969,82	2.594.720,09	884.012,88	5.724.379,68	2.734.985,76	11.994.068,23	0,00	11.994.068,23
Alterações no período:								
Primeira adoção novo referencial contabilístico								
Alterações das políticas contabilísticas								
Diferenças relevantes nas demonstrações financeiras								
Excedente de deprec. Acumul. nos ativos fixos tangíveis								
Excedente revaloriz. ativos fixos tang. e respet. variações								
Ajustamento por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas fundos patrimoniais		-11.463,91			-94.303,50	-105.767,41		-105.767,41
Resultado líquido do período							6.595,36	6.595,36
Sub-Total	55.969,82	2.583.256,18	884.012,88	5.724.379,68	2.640.682,26	11.899.764,73	6.595,36	11.894.896,18
Operação com instituições no período:								
Fundos								
Subsídios, doações e legados					39.290,00	39.290,00		39.290,00
Outras operações								
Posição no fim do período	55.969,82	2.583.256,18	884.012,88	5.724.379,68	2.679.972,26	11.939.054,73	6.595,36	11.934.186,18

c) Créditos a receber

Divulgação do saldo das rubricas de clientes e utentes.

Descrição	2017	2016
Clientes/Utentes		
Utentes c/corrente	44.997,50	79.780,01
Clientes c/corrente	514.478,73	569.981,00
Total	559.476,23	649.761,01

d) Outros ativos correntes

Divulgação dos valores a receber ou a recuperar no futuro, englobados na rubrica de Outros ativos correntes, como segue:

Descrição	2017	2016
Fundos de maneiio atribuídos (serviços)	1.022,72	1.022,72
Outros devedores	55.069,49	106.224,05
Total	56.092,21	107.246,77

e) Fornecedores

Divulgação do saldo da rubrica de "Fornecedores"

Descrição	2017	2016
Fornecedores em conta corrente	298.658,34	271.133,58
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores, fatura receção e conferência	0,00	0,00
Total	298.658,34	271.133,58

f) Outros passivos correntes

Divulgação dos valores da rubrica "Outros passivos correntes", conforme segue:

Descrição	2017	2016
Remunerações a liquidar (Férias e subs. férias vencidas em 31/12/2017)	440.044,32	366.116,46
Outros credores	190.829,96	38.913,21
Fornecedores de imobilizado	0,00	0,00
Adiantamentos a pessoal	0,00	0,00
Total	630.874,28	405.029,67

g) Fornecimentos de serviços externos

Divulgação dos valores reconhecidos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", no período em análise.

Descrição	2017	2016
Subcontratos (c/621)	0,00	0,00
Serviços especializados (c/622)	609.421,70	629.013,19
Materiais (c/623)	15.709,41	16.864,99
Energias e fluidos (c/624)	278.407,56	328.774,67
Deslocações, estadas e transportes (c/625)	1.996,70	1.831,17
Serviços diversos (c/626)	107.338,18	118.132,99
Total	1.012.873,55	1.094.617,01

h) Outros rendimentos e ganhos

Divulgação dos valores reconhecidos na rubrica "Outros rendimentos e ganhos"

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	114.467,81	226.533,19
Ganhos em inventário	0	12.000,00
Imputação subsídios p/investimento	94.303,50	98.242,44
Alienação propriedades de investimento	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	144.774,75	265.752,64
Total	489.542,75	602.527,27

j) Resultados financeiros

Divulgação dos valores reconhecidos no período de gastos e rendimentos financeiros.

Descrição	2017	2016
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.541,47	1.367,03
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	21.625,60	17.214,33
Total	-20.084,13	-15.847,30

l) Acordos de cooperação (comparticipação), programa emergência alimentar (PEA) e contratos programa (UCCI) com o Centro Regional Segurança Social. Divulgação dos valores reconhecidos no período e valores recebidos.

Descrição	2017	2016
Acordos cooperação (comparticipações)		
Lar Idosos	256.438,44	265.289,79
Centro Dia – sede	66.426,00	63.058,00
Centro Dia – Laúndos	13.285,20	13.011,60
Apoio Domiciliário	334.683,70	329.551,20
Lar Grandes Dependentes	196.859,28	181.262,28
Apoio Domiciliário Deficientes (CEAP)	152.940,00	149.796,00
Total	1.020.632,63	1.003.966,87
Programa Emergência Alimentar (PEA):		
Dezembro/2016 7.672,50		
De janeiro a nov/2017 <u>80.007,50</u> 87.680,00		
De dez/2017 a receber no ano seguinte <u>5.270,00</u>	92.950,00	90.662,50
Total	92.950,00	90.662,50
Contratos programa (UCCI):		
Faturação período ao CRSS e recebidos no ano	219.182,76	232.758,61
Faturação período ao CRSS a receber ano seguinte	45.587,56	28.550,28
Total	264.770,32	261.308,89

m) Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e inventário em 31/12/2017.

MOVIMENTOS	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO 2017	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO 2016
Existências iniciais	46.234,07	42.933,12
Compras	742.957,79	704.021,64
Autoconsumos	0,00	0,00
Regularização de existências	14.302,70	19.106,37
Existências finais	44.031,75	46.234,07
Custo no exercício	759.462,81	719.827,06

n) Movimentos ocorridos no ativo tangível e intangível.

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO TANGÍVEL E INTANGÍVEL (ATIVO BRUTO)
NO EXERCÍCIO DE 2017

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES	AUMENTOS			ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
			PIDDAC	OUTROS SUBSÍDIOS	OUTROS FINANCIAMENTOS			
Ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	153.300,00							153.300,00
Edifícios e outras construções	12.468.855,52				158.361,99			12.604.962,31
Equipamento básico	2.125.636,43				25.029,50			2.150.665,93
Equipamento de transporte	326.893,89				25.297,03			352.190,92
Equipamento administrativo	303.218,60				2.870,38			306.088,98
Equipamento biológico								
Outros ativos fixos tangíveis	298.669,81				4.624,72			303.294,53
Imobilizações em curso	22.255,20				217.946,13			240.201,33
Depreciações acumuladas								
Perdas por imparidade acumuladas								
	15.676.574,25				434.129,75			16.110.704,00
Ativos intangíveis								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	18.798,02				0,00			18.798,02
Programas computador								
Propriedade industrial								
Outros ativos intangíveis								
	18.798,02				0,00			18.798,02
	15.695.372,27				434.129,75			16.129.502,02

o) Movimentos ocorridos nas depreciações do ativo tangível e intangível.

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES DAS RUBRICAS DO
ACTIVO TANGÍVEL E INTANGÍVEL DE 2017

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	484.623,09	155.190,00	0,72	639.813,81
Equipamento básico	1.905.346,83	9.886,03	-1,67	1.915.231,19
Equipamento de transporte	314.195,89	2.780,48	-0,01	316.976,36
Equipamento administrativo	293.668,64	2.137,68	-9,60	295.796,72
Equipamento biológico				
Outros ativos fixos tangíveis	281.090,54	516,79	10,56	281.617,89
Depreciações acumuladas				
Perdas por imparidade acumuladas				
	3.278.924,99	170.510,98	0,00	3.449.435,97
Ativos intangíveis				
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento	11.487,52	6.265,92		17.753,44
Programas de computador				
Propriedade industrial				
Outros ativos intangíveis				
	11.487,52	6.265,92		17.753,44
	3.290.412,51	176.776,90		3.467.189,41

FIM

Proposta de Aplicação de Resultados

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício de 2017, no montante de 6.595,36 euros, seja afetado à conta de Resultados Transitados.



Ivo Marcelo Duarte
Figueira Matos de Araújo
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim", que compreendem o balanço em 31/12/2017 (que evidencia um total de 13.592.065,31 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.934.186,18 euros, incluindo um resultado líquido do período de 6.595,36 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Rua Casa dos Poveiros do Rio, 175
4490-499 Póvoa de Varzim
Tlf: 252 684 977 Tlm: 919 522 153
NIF 168 288 613
ivoaraujo.roc@gmail.com
INSCRITO NA O.R.O.C. N.º 1711



Ivo Marcelo Duarte
Figueira Matos de Araújo

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são

Rua Casa dos Poveiros do Rio, 175
4490-499 Póvoa de Varzim
Tlf: 252 684 977 Tlm: 919 522 153
NIF 168 288 613
ivoaraujo.roc@gmail.com
INSCRITO NA O.R.O.C. N.º 1711



Ivo Marcelo Duarte
Figueira Matos de Araújo

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

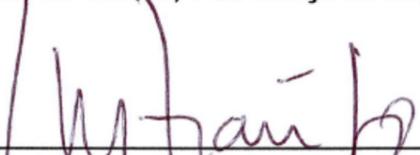
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Póvoa de Varzim, 7 de março de 2018



Ivo Matos de Araújo (ROC n.º 1711)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. N.º 500 850 208



RELATÓRIO E PARECER DO DEFINITÓRIO
PERÍODO DE 2017-01-01 A 2017-12-31

Caros Irmãos

Nos termos do nº.1 do artigo 31 do Compromisso, vem o Definitório da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Atividade e as Contas relativos ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2017, como segue:

1 - Ao longo do período em causa e especialmente a propósito do encerramento das contas, acompanhamos a gestão e as contas da Santa Casa, com a profundidade julgada adequada nas circunstâncias, sendo de destacar os seguintes procedimentos:

- a No decorrer do período, acompanhamos com regularidade a gestão da Instituição, por via de indagações junto dos seus dirigentes e dos respetivos serviços administrativos, bem como pela análise da documentação, suporte das operações mais relevantes;
- b Analisamos a evolução dos saldos das diversas rubricas da contabilidade, estabelecendo a sua comparação com a evolução verificada no período homólogo;
- c Indagamos sobre a situação fiscal da Instituição.

2 - Com base nos factos que vieram ao nosso conhecimento, por via dos procedimentos anteriores, formamos a opinião de que:

- a A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, pautou a sua ação pelo respeito pelos Estatutos e pelas deliberações da Assembleia Geral, no quadro do cumprimento da Lei;
- b O Relatório de Gestão traduz, com um grau de detalhe aceitável, a evolução da atividade da Instituição nas diversas valências, a atividade social, a

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Poveiro
11/11/1986



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. N.º 500 850 208



- evolução que se perspetiva para a Instituição, bem como a explanação dos resultados obtidos no período e a proposta quanto à respetiva aplicação;
- c As rubricas de ativo e passivo expressas no balanço, refletem variações associadas ao desenvolvimento da atividade da Instituição, que nos foram explicadas, sendo de salientar o seguinte:

- o aumento da rubrica de "ativos fixos tangíveis" em cerca de 3% deve-se a uma constante preocupação, desta Mesa Administrativa, na melhoria das condições para os utentes, e na eficiência dos serviços, tendo neste exercício efetuado as obras estruturais, nomeadamente a construção de uma sala de ocupação e o alargamento do espaço da sala polivalente do Centro de Dia; a requalificação do espaço da Provedoria; a adaptação de um piso do edifício residencial devoluto, para gabinetes destinados a serviços diversos, e na revisão da cobertura e reabilitação da fachada sul do edifício da ERPI.

- Importante referir que o investimento do exercício em análise cifrou-se nos € 434.130,00, sem recurso a capitais alheios, demonstrando uma rigorosa gestão de tesouraria. Para além das melhorias atrás referidas, estão em fase adiantada de finalização, a Requalificação dos Jardins com a construção de um percurso sensorial.

- A rubrica "créditos a receber" no ativo corrente, mantém-se ainda um pouco elevada, apesar de uma excelente performance nos resultados obtidos, fruto de um trabalho meritório, entretanto, efetuado nesse campo. No entanto, a dívida da ARS, proveniente de obrigações contratuais referentes a serviços prestados na área de cuidados continuados e de fisioterapia, mantém-se com atraso considerável, mas todos conhecemos as dificuldades de recebimento do Estado;

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Povoiro
11/11/1986

Telefones: 252 290 520 – 252 618 575 • Fax 252 290 529 • E-mail: geral.santacasa@sapo.pt • www.paramiloidose.org



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. N.º 500 850 208



- A rubrica “outras contas a pagar” prende-se com os valores de férias e subsídios a liquidar em 2018;

d) A demonstração de resultados por natureza, expressa, quanto à atividade da Santa Casa, valores coerentes com os do período homólogo, sendo de referir que, quanto à atividade da Instituição, o resultado vem na linha dos anos anteriores, sendo de realçar o seguinte:

- As receitas na sua globalidade mantiveram-se praticamente ao mesmo nível do exercício anterior, o que é um bom indicador dadas as dificuldades com que se debatem as famílias que habitualmente recorrem aos serviços da Santa Casa;

- Os custos globalmente aumentaram 3,2%, sendo de realçar a rubrica “Gastos com Pessoal” com um acréscimo de 7% fruto da atualização do salário mínimo e das progressões nas carreiras decorrentes da Lei. No entanto, a Mesa Administrativa, com o rigor que lhe é reconhecido na gestão dos custos, conseguiu compensar, através da redução noutras rubricas, os custos com pessoal; no entanto, dado o peso destes custos no total das despesas, se as receitas não aumentarem de modo significativo, o esforço na redução das outras rubricas não é suficiente para esta compensação, traduzindo-se numa diminuição de resultados líquidos.

- Por fim, é de salientar a diminuição dos custos com energia em mais de 20% resultante do investimento efetuado no exercício anterior nos painéis solares e com a utilização de gás natural desde meados deste ano.

e) O Relatório e as Contas apresentadas, cujo balanço expressa um total de ativo de € 13 592 065,31 e um total de fundos patrimoniais de € 11 934 186,18 (incluindo um resultado líquido do período de € 6 595,36) satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade desenvolvida, bem como a situação da Santa Casa da Misericórdia.

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Povoio
11/11/1986

Telefones: 252 290 520 – 252 618 575 • Fax 252 290 529 • E-mail: geral.santacasa@sapo.pt • www.paramiloidose.org



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. N.º 500 850 208



PARECER

Como conclusão das notas acima expressas - o Definitório é de parecer que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório de Gestão e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, respeitante ao período de 1 de Janeiro de 2017 a 31 Dezembro de 2017.

Póvoa de Varzim, 18 de Março 2018

O Definitório

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Poveiro
11/11/1986

Telefones: 252 290 520 – 252 618 575 • Fax 252 290 529 • E-mail: geral.santacasa@sapo.pt • www.paramiloidose.org

Corpos Sociais para o quadriénio 2016/2019

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Manuel Alves de Aguiar Quintas (Dr.)
Vice-Presidente	Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira (Prof.Dr.)
Primeiro Secretário	Mateus Manuel Maio Ribeiro
Segundo Secretário	José Carlos Brandão Gomes (Dr.)
Suplentes	José Antunes Santos Silva (Dr.) Abel Alcino da Silva Ferreira (Dr.)

DEFINITÓRIO

Presidente	João Pereira Gomes (Dr.)
Vice-Presidente	Maria Emília Macedo Oliveira
Secretária	Ana Paula Terroso Baptista Lima (Dra)
Suplentes	Joaquim José Pereira Figueiredo Jorge Manuel de Guimarães Caimoto (Dr.)

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	Virgílio Alfredo Tavares Ferreira (Eng.º)
Vice-Provedor	Pedro Manuel Arteiro Falé (Prof.)
Secretário	José Manuel Lobo Martins
Tesoureiro	Virgílio da Silva Fernandes
Vogais	Mário José Leite António Fernando Maio Ribeiro Óscar Aníbal Fernandes Ribeiro António Manuel Gomes Carvalho José Alberto de Sousa e Silva (Dr.) Manuel Abel Milhazes Rigor Manuel Gomes Moreira
Suplentes	



Benção das novas Varas